



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

**MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO SILVA**

**UMA ANÁLISE SEMIÓTICA ACERCA DO TEMPO DO DISCURSO NO CONTO  
POPULAR: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA TURMAS DO 9º ANO DO  
ENSINO FUNDAMENTAL**

**CAJAZEIRAS - PB**

**2018**

**MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO SILVA**

**UMA ANÁLISE SEMIÓTICA ACERCA DO TEMPO DO DISCURSO NO CONTO  
POPULAR: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA TURMAS DO 9º ANO DO  
ENSINO FUNDAMENTAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
Letras/Língua Portuguesa, do Centro de  
Formação de Professores da Universidade  
Federal de Campina Grande – *Campus* de  
Cajazeiras - como requisito de avaliação  
para obtenção do título de licenciado em  
Letras.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Nazareth de  
Lima Arrais**

**CAJAZEIRAS - PB**

**2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764  
Cajazeiras - Paraíba

S586u Silva, Maria de Fátima Araújo.  
Uma análise semiótica acerca do tempo do discurso no conto popular:  
uma proposta de leitura para turmas do 9º ano do ensino fundamental /  
Maria de Fátima Araújo Silva. - Cajazeiras, 2018.  
79f.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Nazareth de Lima Arrais.  
Monografia (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) UFCG/CFP,  
2018.

1. Tempo do discurso. 2. Conto popular. 3. Semiótica greimasiana. I.  
Lima Arrais, Maria Nazareth de. II. Lima, Silvio Felipe Barbosa de. III.  
Universidade Federal de Campina Grande. IV. Centro de Formação de  
Professores. V. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 398.2:81'42

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO SILVA

UMA ANÁLISE SEMIÓTICA ACERCA DO TEMPO DO DISCURSO NO CONTO  
POPULAR: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA TURMAS DO 9º ANO DO  
ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia apresentada ao Curso de  
Letras – Licenciatura em Língua  
Portuguesa da Unidade Acadêmica de  
Letras do Centro de Formação de  
Professores da Universidade Federal de  
Campina Grande.

Aprovado em: 06/03/2018

BANCA EXAMINADORA

Maria Nazareth de Lima Arrais

Prof.ª Dr.ª Maria Nazareth de Lima Arrais

(UAL/CFP/UFCG - Orientadora)

Napoleão Gomes de Sousa

Prof. Ms. Napoleão Gomes de Sousa

(Examinador 1)

Henrique Miguel de Lima Silva

Prof. Ms. Henrique Miguel de Lima Silva

(UAL/CFP/UFCG – Examinador 2)

Aos meus pais, Elma e Antonio, meus grandes incentivadores, pelo seu imensurável amor, por tantas batalhas enfrentadas para me proporcionarem um futuro melhor, pelas noites em claro, pelo sorriso amigo e abraço confortante, dedico esse trabalho com todo o meu amor e a minha admiração.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida, pelas infinitas bênçãos derramadas diariamente sobre mim e minha família, por encher meu coração de esperança e fé, ser abrigo seguro e por todas as vezes que chamei e me ouviu.

Aos meus pais, Maria Elma Gonçalves Araújo Silva e Antonio da Silva, por me educarem e me prepararem para a vida, por fazerem de mim um ser humano melhor, pelas tantas orações em minha intenção, por serem tão atenciosos, carinhosos e companheiros, por abrirem mãos dos seus sonhos para irem em busca do meu, comigo, pelo amor sem medida, por tudo.

Ao meu irmão, André Araújo Silva, por me acompanhar durante todo esse percurso, ter sido meu companheiro desde meu nascimento e por desejar sempre o meu bem.

Aos meus avós, Maria de Fátima Gonçalves Araújo e Sebastião Aprígio de Araújo, por me incentivarem desde a infância a estudar, pelo carinho que sempre tiveram comigo, pela ajuda financeira, pelas infindáveis orações e por tantas historinhas de Trancoso que me contaram/contam.

Aos meus tios e tias, que sempre me incentivaram a estudar e pelo apoio, seja este financeiro ou uma palavra de carinho, uma palavra amiga.

Aos meus amigos e companheiros de jornada, que durante quase quatro anos estiveram ao meu lado, batalhando e buscando sempre melhorar.

A todos os meus professores, desde os de longa data aos mais atuais, indubitavelmente, cada um contribuiu de forma significativa para o meu aperfeiçoamento, enquanto estudante e pessoa.

A minha querida professora e orientadora, Maria Nazareth de Lima Arrais, por despertar em mim o gosto de estudar a Língua Portuguesa e a sua estrutura, por aceitar o desafio de me orientar, por ser tão humana, por estar sempre disposta a ajudar, a esclarecer dúvidas, sempre muito prestativa e atenciosa, pelas palavras de incentivo.

Aos professores da banca de defesa por aceitarem tão prontamente avaliarem meu trabalho, fazendo parte deste momento único na minha vida.

À coordenação do curso de Letras Língua Portuguesa pelo esclarecimento de dúvidas e informações prestadas sempre.

A todos, que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse sonho. Meu muito obrigada!

*Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito debaixo do céu; há tempo de nascer e tempo de morrer; tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou.*

**Eclesiastes 3: 1-2**

## RESUMO

O tempo é comum a todas as línguas, a todas as culturas. Nós baseamos nossas vidas e nossas atividades no tempo, buscando um equilíbrio entre nossas ações e as horas que elas levam para se realizarem, e assim como ele se manifesta na nossa vida diária é também manifestado no discurso. O presente trabalho tem o objetivo geral analisar o tempo do discurso no conto popular, a fim de propor uma intervenção didática numa turma de 9º Ano do Ensino Fundamental II. Para tanto, discorremos sobre teorias relacionadas ao tempo do discurso, distinguindo o tempo linguístico do tempo cronológico, selecionamos o conto a ser analisado entre os já levantados no estado do Ceará, e descrevemos o tempo linguístico e o tempo cronológico presente no discurso do conto popular, na intenção de compreender a organização da vida humana. Para fundamentar nossa análise, buscamos suporte na teoria semiótica proposta por Greimas, bem como nas reflexões de Agostinho (2015) e de Benveniste (1989) sobre a problemática do tempo, isso sem desconsiderar outros estudiosos e pesquisadores da área. A metodologia é a da Análise do Discurso, numa abordagem qualitativa, tendo em vista que, os dados foram interpretados. O universo de pesquisa é composto de 30 contos de contadores do estado do Ceará, em sua maioria colhidos no Cariri cearense. Dentre esses, selecionamos o conto *A história D. Anin* como *corpus*. Da análise empreendida, constatamos que o tempo linguístico presente no conto divide-se em tempo da enunciação, o tempo do agora e em tempo do enunciado, o tempo do então, sendo manifestado ora por aproximações e ora por distanciamentos da enunciação, em razão dos discursos diretos e indiretos. Por sua vez, constatou-se que o tempo cronológico centraliza na decisão de Ana de ir guerrear e nos acontecimentos que são desencadeados após a saída de Ana de sua casa e posteriormente o seu regresso. O tempo cronológico sugere passagens dos dias e das noites.

**Palavras-chave:** Tempo do discurso. Conto popular. Semiótica greimasiana.

## ABSTRACT

The time is common to all languages, to all cultures. We base our lives and our activities on time, seeking a balance between our actions and the hours that they take to realize themselves, and just as it manifests itself in our daily life is also manifested in speech. The present work has as main objective analyze the time of the speech in the popular tale, in order to propose a didactic intervention in a class of 9th year of Primary Education II. Therefore, we discuss theories related to the time of speech, distinguishing the linguistic time from the chronological time, we selected the tale to be analyzed among those already collected in the state of Ceará, and we describe the linguistic time and chronological time present in the speech of the popular tale, with the intention of understanding the organization of human life. In order to base our analysis, we look for support in the semiotic theory proposed by Greimas, as well as in the reflections of Augustine (2015) and Benveniste (1989) about the problematic of time, this, without ignoring other scholars and researchers in the area. The methodology is that of Discourse Analysis, in a qualitative approach, considering that, the data were interpreted. The research universe is composed of 30 tales of contadores from the state of Ceará, mostly collected in Cariri Ceará. Among them, we select the tale *A história D. Anin as corpus*. From the analysis undertaken, we find that the linguistic time present in the story is divided into enunciation time, the time of the now and in time of the utterance, the time of the then, being manifested sometimes by approximations and now by estrangement from enunciation, due to direct and indirect speech. On the other hand, it was verified that the chronological time centralizes in the decision of Ana to go to war and in the events that are unleashed after the Ana exit of its house and later its return. The chronological time suggests passages of days and nights.

**Keywords:** Time of speech. Popular tale. Greimasian semiotics.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - A proposta do signo para Hjelmslev.....	24
Quadro 2 - Operações sucessivas prováveis em um texto.....	26
Quadro 3 - Enunciado de estado: Junção e disjunção com OV.....	27
Quadro 4 - Enunciado do fazer: relações conjuntivas e disjuntivas.....	27
Quadro 5 - Distanciamento enunciativo e enuncivo.....	30
Quadro 6 - Esquema da Temporalização.....	31

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

F	Função de Transformação
OM	Objeto Modal
OV	Objeto de Valor
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PGS	Percurso Gerativo da Significação
S1	Sujeito Semiótico
ST	Sistema de Tempos
U	Disjunção
$\cap$	Conjunção
( )	Enunciado de estado
[ ]	Enunciado do fazer

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 METODOLOGIA.....	15
<b>2 A LEITURA E SUAS FASES: DA DECODIFICAÇÃO AOS SENTIDOS DO TEXTO .....</b>	<b>17</b>
2.1 CONCEPÇÕES DE LEITURA.....	17
2.2 LEITURA: O QUE DIZEM OS PCN .....	21
<b>3 SEMIÓTICA: POR UMA SIGNIFICAÇÃO PRODUTIVA .....</b>	<b>24</b>
3.1 O SIGNO LINGUÍSTICO E A SIGNIFICAÇÃO.....	24
3.2 O PERCURSO GERATIVO DA SIGNIFICAÇÃO .....	26
3.2.1 O tempo do discurso .....	35
<b>4 O CONTO: UMA REPRESENTAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO CULTURAL .....</b>	<b>42</b>
4.1 CONTAR: UMA PRÁTICA MILENAR.....	42
4.2 COMPREENDENDO O GÊNERO CONTO.....	44
<b>5 PROPOSTA DE LEITURA: PARA A SIGNIFICAÇÃO DO TEMPO NO CONTO.....</b>	<b>48</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS: .....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>72</b>
ANEXO A – A HISTÓRIA DE D. ANIN.....	73

## 1 INTRODUÇÃO

O contar é uma prática milenar, presente em todas as civilizações. Desde os primórdios, o homem utiliza-se da linguagem oral para transmitir aos seus semelhantes suas crenças e seus valores, que estão fincados na vida cultural de seu povo. Decorrente disso, muitos contos surgiram, germinaram e acabaram caindo no gosto popular, sendo perpassados através do discurso oral de geração para geração, como é o caso dos contos populares, objeto de nosso estudo.

O conto popular é uma narrativa oral, geralmente curta, que parte do senso comum, de um conhecimento anterior à escola, fugindo a qualquer dogmatismo. Pertence ao acervo cultural de um povo e está enraizado na cultura popular. Estes contos não apresentam um autor definido, ou pelo menos, ele não é identificado. O enunciador geralmente não é reconhecido ou pode ser substituído por um ser fictício, a gosto do imaginário popular. Nesse sentido, a autoria é atribuída ao povo.

Por fazerem parte do discurso oral, esses contos acabam sendo adaptados e ganham diferentes versões, pois cada pessoa acrescenta a eles suas visões de mundo, suas convicções, tabus e conseqüentemente o conto ganha diferentes variações. Essas narrativas são conservadas no decorrer dos anos e transmitidas de indivíduo para indivíduo, o que faz com que esses textos fiquem na memória do povo e não se percam no tempo.

Tais contos são carregados de significações e, portanto, ideais, ao lado da semiótica, para serem explorados em sala de aula. Greimas e Courtés (2008) apontam a significação como um conceito sobre o qual se debruça a teoria semiótica. Esse termo seria atribuído para aquilo que é tido como fundamental, de acordo com os autores (2008, p. 459), “[...] para a produção e a apreensão dos desvios-que define, segundo Saussure, a própria natureza da linguagem [...]”. Sendo vista dessa forma, a significação é compreendida como utilização das relações ou como uma forma de apreendê-las. Nessa direção, a significação seria uma conexão, uma articulação de sentido.

Por outro lado, os autores atribuem um sentido de natureza empírica à significação, que se refere não à natureza, mas ao fato de que, segundo Greimas e Courtés (2008, p. 459), é possível de “[...] apreendê-la como objeto cognoscível”. Para os autores, a significação seria apreensível no instante da sua manipulação, quando o enunciador voltando-se para esta e questionando-se sobre um texto e sua linguagem, é conduzido a fazer traduções, de um nível de linguagem para outro, de um texto para outro. Para chegar à significação do tempo do conto popular, recorreremos a uma análise semiótica do discurso.

Sobre a semiótica, Fiorin (2016) expõe que, como elementos para a análise do discurso, temos o percurso gerativo da significação que engloba diferentes níveis, como o nível fundamental, o narrativo, e o discursivo. Dentre estes, nos utilizaremos do nível discursivo, nesta pesquisa, para explorar o universo de significações sobre tempo presentes no conto.

Essa pesquisa surgiu a partir do seguinte questionamento: como se apresenta o tempo do discurso no conto popular? Partiu-se da hipótese de que o tempo linguístico é acordado no instante em que se produz a enunciação, pelo enunciador e pode não apresentar uma relação de dependência com o tempo cronológico, sendo aquele digressivo a este e ao tempo físico. Além disso, voltamo-nos ao fato de que, o tempo é natural ao pensamento do ser humano e que nossas atitudes estão nele calcadas, tendo isso em vista, o tempo é essencial para compreendermos a organização da vida humana, assim como as significações do conto popular que analisamos.

Para tanto, temos o objetivo geral de analisar o tempo do discurso no conto popular, a fim de propor uma intervenção didática numa turma de 9º ano do Ensino Fundamental II. E como objetivos específicos: discorrer sobre teorias relacionadas ao tempo do discurso, distinguindo o tempo linguístico do tempo cronológico; selecionar o conto a ser analisado, entre os já levantados no estado do Ceará; e descrever o tempo linguístico e o tempo cronológico presente no discurso do conto popular, na intenção de compreender a organização da vida humana.

A escolha do tempo como objeto de pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como ele está organizado e como está relacionado com a organização da vida humana, na medida em que, o tempo é próprio do homem, bem como se manifesta no discurso.

Já a escolha do conto popular explica-se pela representação de valores que tal narrativa dissemina, valores esses que são próprios da condição humana. O contador ao narrar acaba situando o tempo no presente. Estudar o tempo no discurso do conto popular torna-se pertinente na educação básica por explorar não só recursos linguísticos em aprendizagem nesse nível, mas também porque reflete no fazer diário do povo.

Esta pesquisa é motivada pelas inquietações que surgiram durante o percurso universitário, principalmente pelo curso das disciplinas relacionadas à língua portuguesa e sua estrutura. Também é movida por um desejo antigo de estudar o tempo no discurso. Além do mais, tal pesquisa faz-se relevante para o professor de língua portuguesa, uma vez que

trazemos uma proposta de intervenção que pode ser aplicada e/ou adaptada para o trabalho com o conto popular, no Ensino Fundamental II.

Com a finalidade de organizar o trabalho escrito, o texto está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo, *Introdução*, constam as seguintes informações: tema, objetivo geral e específicos, questionamento a partir do qual surgiu a pesquisa, hipótese, motivação e metodologia.

No segundo, *A leitura e suas fases: da decodificação aos sentidos do texto*, engendramos uma discussão sobre alguns aspectos relacionados à leitura. Este capítulo divide-se em dois subtítulos. No primeiro, *Concepções de leitura*, abordamos as concepções de leitura propostas por Elias e Koch (2011), bem como as considerações apontadas por Oliveira (2010) sobre a leitura. No segundo, *Leitura: o que dizem os PCN*, trazemos algumas orientações feitas pelos PCN (1998) sobre o ato de ler.

O terceiro capítulo, *A semiótica: por uma significação produtiva*, apresenta três subtítulos. No primeiro, *O signo linguístico e a significação*, discorremos sobre o signo para Saussure (2012) e para Hjelmslev (2003). No segundo, *O percurso gerativo da significação*, discutimos sobre o percurso gerativo da significação proposto por Greimas, abordando os níveis fundamental, narrativo e discursivo, porém damos uma especial atenção ao nível discursivo, uma vez que nosso interesse de análise constitui em uma categoria desse nível: o tempo. No terceiro, *O tempo do discurso*, apresentamos e caracterizamos o nosso objeto de estudo, fazendo de início uma reflexão filosófica sobre tempo com Agostinho (2015) e depois uma de caráter linguístico com Benveniste (1989).

No quarto capítulo, intitulado *O conto: uma representação da manifestação cultural*, descrevemos o *corpus* de análise. Para tanto, usamos Lima Arrais (2011) e Patrini (2005). O capítulo está dividido em dois subtítulos. No primeiro, *Contar: uma prática milenar*, escrevemos sobre a arte do contar e, no segundo *Compreendendo o gênero conto*, abordamos as características do conto.

No quinto capítulo, *Proposta de leitura: para a significação do tempo no conto*, fazemos a análise do tempo dos discursos escolhidos como *corpus*, identificando e significando o tempo linguístico e o tempo cronológico da narrativa. Concomitantemente, trazemos uma proposta de intervenção didática para a turma de 9º ano do Ensino Fundamental II.

Além desses cinco capítulos, há também uma parte a que chamamos de *Considerações finais*, onde estão evidenciados os resultados dessa pesquisa, seguida das referências e dos anexos.

## 1.1 METODOLOGIA

A pesquisa tem como metodologia a Análise do Discurso, tendo como respaldo as reflexões propostas e desenvolvidas por Greimas sobre a semiótica, especialmente, sobre a categoria de tempo, em que enveredamos o caminho da análise. Nessa discussão, entram as instâncias do enunciado e da enunciação, uma vez que estão atrelados ao tempo do discurso.

Nessa direção, seguimos uma abordagem qualitativa, tendo em vista que, os dados serão compreendidos e expostos. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 70), “a utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema [...]”. Logo, a pesquisa qualitativa é também descritiva, nela a indução é o percurso que deve ser trilhado pelo pesquisador, sendo que, o processo e a sua significação são os alvos abordados. Para os autores (2013, p. 70), “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.”

O universo de pesquisa é composto de 30 contos de contadores do estado do Ceará, em sua maioria colhidos no Cariri cearense, onde, segundo Lima (1985), a prática do contador não tem *status* de profissão e, portanto, não é remunerada. A opção por escolher o *corpus* de análise nesse estado parte de uma questão de caráter subjetivo, uma vez que, devido ter desde muito cedo contato com os contos populares dessa terra e assim uma maior afinidade com eles, torna-se mais relevante e aprazível trabalhar com os contos populares cearenses. Dentre esse universo, selecionamos “A história de D. Anin” como *corpus* para análise em forma de proposta de intervenção de eventos de leitura. Esse conto foi enunciado pelo contador José Herculano da Rocha, oriundo do sítio Boa Vista/Crato, e coletado por Lima (1985, p. 122-128).

No conto, temos a história de uma moça chamada Ana, muito corajosa e determinada, que tinha o sonho de guerrear, mas que por ser mulher e por receio de o pai não gostar, isso se tornara quase impossível. Para vencer o primeiro obstáculo, a moça transforma-se, ficando idêntica a um rapaz e, assim, consegue entrar em comunhão com o seu objetivo. Depois de participar durante muitos anos da guerra, Dão Anin, que outrora chamava-se Ana, resolve retornar à casa de sua família. Porém, antes disso encontra um moço chamado João, que a leva para a casa dele. A mãe do rapaz, de imediato desconfia da verdadeira identidade da moça e a põe à prova para descobrir o segredo da moça. Todavia, Dão Anin acaba sendo ajudado por seu poldo, uma entidade sobrenatural, que o faz escapar das armadilhas da tal

senhora. A grande revelação ocorre após a retirada de Dão Anin da casa do amigo, o que acaba marcando o retorno dela para o seio familiar.

O conto foi registrado no *Catálogo do conto popular brasileiro*, de autoria de Bráulio do Nascimento, publicado em 2005. Está classificado no grupo II. *Contos folclóricos comuns*, como pertencente a A. *Contos maravilhosos*, tipo 514 *The shift of sex* (a mudança de sexo). Bráulio do Nascimento (2005, p. 87) catalogou as versões brasileiras do conto escritas por “Fagundes, 1916, 17 – *Chico gaúcho de fato*” e “Lima, 2003, 32 – *Dom Anin* (514+884)”. Cabe aqui a ressalva de que, a versão que utilizamos de *Dom Anin* foi publicada em 1985 e catalogada por Nascimento posteriormente na versão publicada em 2003.

Nesse catálogo, os contos populares encontram-se classificados em quatro diferentes grupos, que são: I. *Contos Comuns*; II. *Contos folclóricos comuns*; III. *Facécias e anedotas*; IV. *Contos de fórmula*. Dentre estes, apenas o segundo grupo abarca subdivisões, são elas: A. *Contos maravilhosos*, B. *Contos religiosos*; C. *(Novelas) contos românticos* e D. *Contos do ogro estúpido*.

No conto selecionado, direcionamos a leitura para a exploração da categoria de tempo do discurso, mais especificamente, o tempo linguístico, relacionado ao ato da fala, na enunciação; e o tempo cronológico, próprio dos acontecimentos que compreendem a vida do ser humano e que organiza, de certo modo, a vida das sociedades. Trata-se do tempo cultural. Para analisarmos tal categoria, estabelecemos os seguintes critérios:

- Identificação do tempo linguístico e do tempo crônico;
- Descrição e significação do tempo linguístico no conto;
- Descrição e significação do tempo cronológico no conto.

## 2 A LEITURA E SUAS FASES: DA DECODIFICAÇÃO AOS SENTIDOS DO TEXTO

### 2.1 CONCEPÇÕES DE LEITURA

A leitura é um instrumento importante de ascensão social. Ler faz parte das nossas vivências, dos conhecimentos que adquirimos durante o percurso de nossas vidas. Embora já muito discutida tanto no âmbito da academia como nas demais instituições de ensino, o tema sobre a leitura não satura o debate, haja vista a necessidade constante de atingir diversas camadas sociais.

A nossa discussão envereda pela ideia de que ler ultrapassa as barreiras da mera decodificação dos códigos linguísticos, indo muito além dos conhecimentos gramaticais e formais que estão explícitos no texto. A leitura envolve também conhecimentos mais profundos, que estão nas subjacências do texto e os extralinguísticos. Ou seja, ao leitor eficiente cabe ler e compreender não tão somente o que está posto, mas também inferir sentidos ao dito, relacionar o texto com a própria vida, enxergar o que está nas entrelinhas, na ancoragem do texto. Assim, ler não é tão simples quanto parece. A leitura é algo complexo e dinâmico, que envolve estratégias de conhecimentos, além dos textuais.

Koch e Elias (2011, p. 9) apresentam três concepções de leitura que derivam das noções “[...] de sujeito, de língua, de texto e de sentido que se adote.” As autoras apontam esses três modos diferentes de se conceber a leitura, mostrando focos digressivos para cada uma delas: a leitura com foco no autor, a leitura com foco no texto e a leitura com foco na interação autor/texto/leitor.

Com relação à primeira dessas concepções, Koch (2002 *apud* KOCH; ELIAS, 2011, p. 9) expõe que “[...] à concepção de língua como representação do pensamento corresponde à de sujeito psicológico, individual, dono de sua vontade e de suas escolhas”, tendo a leitura com foco no autor, a compreensão de língua como uma representação mental, que corresponde a um sujeito particular, senhor total de seu querer e de seu fazer. Logo, temos um sujeito (autor) que formula uma ideia e quer apenas que o seu pensamento seja compreendido pelo seu interlocutor, da forma como foi pensado.

Desse modo, para Koch e Elias (2011), o texto passa a ser considerado apenas como um produto do raciocínio mental do produtor, cujo leitor é tido como mero receptor das ideias e das intenções que o autor evidencia no seu texto. Cabe ao interlocutor (leitor), não mais que assimilar o pensamento do autor do texto, sem inferir a este, novos sentidos, validar ou não os fatos e/ou criar hipóteses. O leitor assume um papel de passividade perante o texto, sendo

conduzido a fazer uma leitura parafrástica, de reconhecimento e repetição do pensamento do escritor.

Assim, a leitura é compreendida, de acordo com Koch e Elias (2011, p. 10), como “[...] uma atividade de captação de ideias do autor, sem levar em conta as experiências e os conhecimentos do leitor, a interação autor-texto-leitor com propósitos constituídos sociocognitivo-interacionalmente.” Isto é, a leitura é entendida como uma reprodução de ideias, que estão explicitamente postas no texto pelo autor, deixando de lado os conhecimentos e as vivências que os leitores possuem e que podem contribuir para que seja dado um novo sentido ao texto. O foco é tirado da interação autor/texto/leitor e da bagagem cognitiva e contextual que o leitor ao entrar nessa interação já detém e é voltado unicamente para o autor.

A leitura com foco no texto, para Koch e Elias (2011, p. 10), abarca a noção de língua como uma forma, um código, que corresponde a um “[...] sujeito determinado, ‘assujeitado’ pelo sistema, caracterizado por uma espécie de ‘não consciência’.” Nesta ótica de língua como uma simples ferramenta comunicativa e de um sujeito passivo, o texto passa a ser visto como um resultado da escrita do autor/emissor, que deve, apenas, ser decodificado pelo leitor do texto, este tendo que dispor somente de conhecimentos linguísticos, formais do código em uso.

Em decorrência disso, a leitura é tida como “[...] uma atividade que exige do leitor o foco no texto, em sua linearidade, uma vez que ‘tudo está no dito’.” (KOCH; ELIAS, 2011, p. 10). Assim, o ato de ler é apenas um exercício de reconhecimento e de reprodução do código linguístico, sendo que, tudo está posto e “escancarado” no texto. Compete ao leitor reconhecer no texto a sua forma e o significado das palavras, nada além disso. A interação entre o leitor e o texto não é efetivada, pois não se faz possível que o leitor acrescente a ele suas impressões, suas emoções, seu ponto de vista, a bagagem sociocognitiva e os conhecimentos extralinguísticos que já possui.

Tanto na leitura com foco no autor, como na leitura com foco no texto, temos uma atividade meramente formal, linguística, na qual o leitor/emissor é tido como um sujeito passivo, como um receptor de informações, sem acrescentar a elas sentidos diferentes, sendo convidado a realizar uma leitura parafrástica de reprodução de ideias e decifração dos códigos linguísticos, bastando ao leitor, unicamente os conhecimentos linguísticos, gramaticais e textuais.

Na concepção de leitura com foco na interação autor/texto/leitor, a língua é vista como uma função interacional, dialógica, uma atividade produtora de sentidos. Os sujeitos passam a

assumir um papel ativo, são “[...] atores/construtores sociais, [...] se constroem e são construídos no texto, considerado o próprio lugar da interação e da constituição dos interlocutores.” (KOCH; ELIAS, 2011, p. 10-11).

Isso significa dizer que o leitor é um estruturador de sentido, que constrói e é construído a partir do texto, este que é um lugar de interação, em que muita coisa está dita nas entrelinhas, implícitas, mas, para que sejam vistas e entendidas, é necessário levar-se em consideração o contexto sociocognitivo dos sujeitos que participam ativamente da interação. Nessa lógica, o sentido do texto não é algo que chega ao leitor pronto e acabado, não podendo ser modificado, mas é construído na interação autor/texto/leitor, na qual o texto é o objeto mediador entre os sujeitos (autor e leitor). Sendo assim, a leitura é:

[...] uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidentemente com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo. (KOCH; ELIAS, 2011, p. 11).

Desse modo, a leitura é um exercício de interação entre os sujeitos, bastante complexo, onde são formulados os sentidos do texto. Nesse tipo de leitura, se tem como base de sua realização os conhecimentos linguísticos, gramaticais e formais que estão postos explicitamente no evento comunicativo. Porém, além disso, é necessário que o leitor acione outros tipos de conhecimentos, tendo em vista que a leitura é uma atividade que requer muito mais do leitor do que o mero reconhecimento do código linguístico, “[...] uma vez que o texto não é simples produto de decodificação de um emissor a ser decodificado por um receptor passivo.” (KOCH; ELIAS, 2011, p. 11). Logo, a leitura com foco na interação autor/texto/leitor se dá de forma polissêmica, em que podem ser atribuídos muitos e diferentes sentidos a um texto.

Em sintonia como o que dizem Koch e Elias (2011), a leitura não é unicamente a reprodução das ideias e intenções do autor ou o reconhecimento do código linguístico, mas é uma atividade dinâmica, que parte da interação entre os sujeitos (autor e leitor), sendo mediada pelo texto, que deve levar em conta os conhecimentos prévios dos usuários da língua, suas experiências, todo um contexto e as estratégias que ele utiliza para chegar à compreensão do mesmo.

Outro autor que trazemos para a nossa discussão sobre o ato de ler é Oliveira (2010). Segundo ele, a leitura não pode ser considerada um exercício meramente linguístico, uma vez que, ela requer dos leitores diferentes conhecimentos prévios, que são: os conhecimentos

linguísticos, enciclopédicos e textuais. Tais conhecimentos são construídos “[...] ao longo de nossa vida, desde o nosso nascimento até o dia em que partimos.” (OLIVEIRA, 2010, p. 68).

Os conhecimentos linguísticos são próprios da estrutura do texto, estão relacionados à sintaxe, à semântica, à fonética, à morfologia e etc., sobre os quais precisamos ter domínio para ler, ou pelo menos, para decodificar um texto. Os conhecimentos enciclopédicos são aqueles que os usuários da língua já retêm sobre as coisas, sobre o mundo, são os conhecimentos que adquirimos ao longo da vida, os mais simples, ligados às nossas vivências, ou seja, tudo que sabemos e aprendemos por meio do senso comum e também outros mais técnicos e culturais. E, por fim, os conhecimentos textuais que estão ligados aos linguísticos. São aqueles sobre os tipos textuais, os gêneros textuais e os elementos próprios do texto, da textualidade. Assim, divergentes conhecimentos prévios possibilitam que sejam feitas diversas interpretações de texto. (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Oliveira (2010), a interação entre estes três tipos de conhecimentos fazem o sujeito mais eficaz no momento da leitura. O que se torna aparente, no que ele denomina de “dois tipos de processamento das informações” que acontecem no ato de ler. Sendo eles: o “processamento ascendente”, no qual o usuário da língua aciona só os seus conhecimentos linguísticos para compreender a informação e o processo descendente, em que o leitor utiliza os conhecimentos enciclopédicos e textuais. Nesse sentido, o leitor competente é aquele que utiliza, mutuamente, os dois tipos de processamento.

É muito importante, segundo Oliveira (2010), que o professor trabalhe nas suas aulas com as estratégias de leituras. O autor elenca algumas dessas estratégias. A primeira delas é a predição, é uma forma de o leitor tentar prever qual o assunto do texto e a formular hipóteses sobre o mesmo. Isso pode ser feito por meio dos títulos, subtítulos e também através das imagens que aparecem no texto. “Ser capaz de fazer predições faz parte da competência discursiva do estudante, a qual precisa ser desenvolvida na escola.” (OLIVEIRA, 2010, p. 72).

Outra estratégia de leitura destacada pelo autor é a adivinhação cotextual, que “[...] faz parte da competência estratégica de leitores experientes e precisa ser estimulada e desenvolvida nos estudantes.” (OLIVEIRA, 2010, p. 73). Segundo o autor, os alunos têm de ser informados pelo docente que eles não precisam saber o significado de todos os vocábulos que estão presentes no texto para entendê-lo. Assim, o leitor pode deixar de lado algumas palavras que ele não conhece, mas que estão no texto, se alguma dessas palavras não interfira na sua leitura. Caso isso aconteça, antes de procurar no dicionário, os discentes podem inferir sentidos à palavra, tentar decifrar o sentido pelo seu contexto. (OLIVEIRA, 2010).

A inferenciação é uma estratégia de leitura na qual o leitor deve inferir sentidos, ler as entrelinhas a partir do que está posto, “[...] é a busca do não dito a partir do dito.” (OLIVEIRA, 2010, p. 74). Nesse sentido, concerne ao leitor inferir sentidos ao que lê. Outra importante estratégia de leitura, destacada por esse autor é a identificação das partes mais importantes, sendo esta “[...] fundamental para o aluno ser capaz de elaborar resumos, habilidade muito exigida na universidade.” (OLIVEIRA, 2010, p. 77). Vale salientar, a importância de serem estabelecidos objetivos de leitura, tendo em vista que, assim como qualquer coisa que façamos na nossa vida, o ato de ler também deve ter uma finalidade, um propósito específico.

Após esta breve explanação sobre as concepções de leitura de Koch e Elias (2011) e de Oliveira (2010), abordaremos, no próximo tópico, algumas das considerações sobre o ato de ler trazidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de língua portuguesa do terceiro e quarto ciclos.

## 2.2 LEITURA: O QUE DIZEM OS PCN

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram lançados no final da década de 90 e trouxeram propostas inovadoras para o ensino da leitura. Nos PCN (1998) de língua portuguesa, o ato de ler não é visto como um processo de simples decodificação das letras ou das palavras, perante a passividade do sujeito leitor, mas como um trabalho ativo do leitor na interpretação e na construção de sentidos do texto. Assim:

A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto suposições feitas. (BRASIL, 1998, p. 69-70).

Isso significa dizer que a forma como é concebida a leitura nos PCN (1998) parte de uma perspectiva interacionista e dialógica, da interação entre autor/texto/leitor. O leitor assume um trabalho ativo na construção dos sentidos do texto e na interpretação do mesmo,

não se tratando, portanto, de uma atividade em que são apenas retiradas as informações do texto, de mera decifração das palavras e das letras que o compõe.

A leitura é uma atividade em que são produzidos sentidos, e o leitor é um estruturador desses sentidos. Tal leitor pode ou não concordar com o dito, que pode ou não validar as suas hipóteses, que vão sendo criadas no ato da leitura. (BRASIL, 1998).

Outro destaque dado pelos PCN (1998) refere-se ao leitor. Segundo eles, o leitor competente é aquele que:

[...] sabe selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a suas necessidades, conseguindo estabelecer as estratégias adequadas para abordar tais textos. O leitor competente é capaz de ler as entrelinhas, identificando, a partir do que está escrito, elementos implícitos, estabelecendo relações entre o texto e seus conhecimentos prévios ou entre o texto e outros textos já lidos. (BRASIL, 1998, p. 70).

Nessa ótica, um leitor competente é o que sabe escolher dentre os textos que se propagam na sociedade, os que lhe são convenientes e necessários. É o que consegue enxergar no que está dito, o não dito, o que está nas entrelinhas do texto, que compreende e infere sentidos ao que lê. O leitor competente é o que relaciona o texto com a vida e com outros textos que já leu, fazendo ligações do texto com os seus conhecimentos de mundo e outros tipos de conhecimentos prévios. Desta forma, os PCN (1998) visam à formação de um leitor crítico, capaz de se impor na sociedade.

Formar leitores é um desafio enfrentado pela escola, principalmente, no ensino fundamental II, já que esta é uma fase em que muitos educandos perdem o interesse pela leitura ou acreditam que não sabem ler. Em vista disso, a escola deve se responsabilizar em promover atividades pedagógicas, para contribuir no desenvolvimento da habilidade leitora dos alunos. Nas palavras dos PCN (1998),

Assumir a tarefa de formar leitores impõe à escola a responsabilidade de organizar-se em torno de um projeto educativo comprometido com a intermediação da passagem do leitor de textos facilitados (infantis ou infanto-juvenis) para o leitor de textos de complexidade real, tal como circulam socialmente na literatura e nos jornais; do leitor de adaptações ou de fragmentos para o leitor de textos originais e integrais. (BRASIL, 1998, p. 70).

Com base na citação, é correto afirmar que compete à escola fazer com que os alunos se tornem aptos a ler os mais variados tipos de textos, desde os mais fáceis, até os mais complexos. A escola deve intermediar, por meio de uma ação educativa, a transição do leitor

de textos mais simples, para a leitura de textos mais difíceis, que fazem parte da nossa realidade social. Fazendo com que o usuário da língua ganhe certa autonomia no momento da leitura, sendo capaz de ler qualquer texto com maior ou menor grau de dificuldade e consiga compreendê-lo, dominando, dessa forma, a competência leitura. Logo, se torna claro e evidente o papel fundamental que a escola exerce para a construção de leitores críticos.

É importante que o professor leve diferentes tipos de textos (gêneros textuais) para trabalhar a leitura, tendo em vista que não se lê uma carta da forma como se lê um poema e assim por diante. Dessa maneira, “[...] o professor deve preocupar-se com a diversidade das práticas de recepção dos textos [...]” (BRASIL, 1998, p. 70).

Além do mais, os PCN (1998) destacam o fato de que “[...] os sentidos construídos são resultados da articulação entre as informações do texto e os conhecimentos ativados pelo leitor no processo de leitura [...]” (BRASIL, 1998, p. 70-71). Desse modo, compreende-se que o texto não chega ao leitor com um sentido pré-definido, mas é gerado a partir da relação que é estabelecida entre o leitor do texto, os conhecimentos que ele já tem e as ideias que o texto evidencia. Para os PCN (1998), o texto não está terminado quando é produzido, pois as formas de se ler um texto, também são modos de criar sentidos.

Os PCN (1998) ainda destacam alguns tipos de leitura que o professor pode trabalhar na sua aula para a apreensão dos conhecimentos leitores dos alunos. São eles: a “leitura autônoma”, a “leitura colaborativa”, a “leitura em voz alta feita pelo professor”, a “leitura programada” e a “leitura de escolha pessoal”.

Nesse sentido, os PCN (1998) enfatizam a importância da leitura como um evento de inclusão social, sendo a escola responsável de tornar o aluno capaz de realizar uma leitura crítica, na qual ele possa ou não estar de acordo com o dito, inferir sentidos, dialogando com suas próprias experiências e demais conhecimentos.

Findadas as informações e observações sobre leitura que julgamos importantes para a construção da nossa pesquisa, teceremos, no próximo capítulo, considerações sobre a *Semiótica: por uma significação produtiva*.

### 3 SEMIÓTICA: POR UMA SIGNIFICAÇÃO PRODUTIVA

#### 3.1 O SIGNO LINGUÍSTICO E A SIGNIFICAÇÃO

Os preceitos estabelecidos por Ferdinand de Saussure fundamentam a linguística contemporânea, compreendida a partir do início do século XX. O livro de Saussure, *Cours de linguistique générale*, foi publicado postumamente, em 1916, e organizado por alguns de seus discípulos, a partir de anotações deixadas por ele. Nele, o linguista traz muitas contribuições e faz várias reflexões sobre a linguagem, importantes para a autonomia e desenvolvimento da Linguística como ciência empírica e também para os estudos semióticos.

Na linha de pensamento Saussuriano, os elementos pertencentes ao signo linguístico, são mentais e se articulam em nosso cérebro, por meio de vínculos associativos. O signo não corresponderia à junção de uma palavra e de uma coisa, simplesmente, mas diria respeito à relação de união, que é estabelecida, entre um conceito e uma imagem acústica. Esta última, não é o “som material” físico da palavra, mas a representação mental que este som nos transmite. Desta forma, a imagem que temos desse som é “sensorial” e não material. (SAUSSURE, 2012, p. 106).

Assim, Saussure (2012, p. 106) define o signo linguístico como uma “entidade psíquica”, que compreende dois elementos, que se encontram estreitamente ligados: o significado e o significante. Aquele corresponderia ao conceito, ou seja, ao pensamento, à ideia, este corresponderia à imagem acústica, ao som. A relação que liga o significante ao significado é arbitrária. Logo, o signo compreendido em seu total é, também, arbitrário.

Hjelmslev (2003) reflete sobre o modelo bilateral do signo linguístico saussuriano. Para se chegar à ideia de significante e de significado, Hjelmslev argumenta que primeiro precisamos reconhecer a relação entre expressão e conteúdo. Ele define estas como as duas grandes vertentes do signo linguístico, em que cada uma delas possui uma forma e uma substância semiótica. Segundo Lima (2007), a forma corresponderia a uma gramática que abarca uma sintaxe e uma morfologia. No conteúdo, a forma é semêmica e a substância é semântica. A relação de dependência que é estabelecida entre elas, origina o significado. Já na expressão, a forma é femêmica e a substância é fêmica e dão origem ao significante. (LIMA, 2007).

Hjelmslev chamou a “[...] esfera pré-semiótica do mundo não estruturado semioticamente [...]” de sentido (NOTH, 1996, p. 58). Desta forma, o sentido é caracterizado, segundo Lima (2007, p. 22), como “[...] toda substância de uma forma qualquer”. Sendo

assim, sentido e conteúdo são noções diferentes, que não podem ser confundidas, uma vez que o conteúdo é independente da substância e existe sem ela.

Batista (2001 *apud* LIMA ARRAIS, 2011, p. 25), apresenta um esquema que sintetiza bem a proposta de Hjelmslev. Vejamos o esquema a seguir:

Quadro 1 – A proposta do signo para Hjelmslev

Função Semiótica	$\varphi\sigma$	Conteúdo	Substância sêmica	Sentido	Significado	
			Forma semêmica			
	Expressão		Forma femêmica	Sentido		Significante
			Substância fêmica			

Fonte: Batista (2001 *apud* LIMA ARRAIS, 2011, p. 25).

A expressão e o conteúdo se caracterizam como dois funtivos, que se encontram em uma relação de união recíproca, dentro da função semiótica. Hjelmslev (2003, p. 54) argumenta que “uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão”. Assim, a expressão e o conteúdo se articulam um em função do outro. Logo, um depende do outro para existir, sendo que não há expressão sem conteúdo e vice-versa. (LIMA, 2007).

Para Hjelmslev, a relação entre o conteúdo e a expressão se dá de forma arbitrária. Saussure e Hjelmslev concordam neste ponto. Segundo Noth (1996, p. 58), Hjelmslev delimitou a utilização do elemento signo para a “[...] forma de expressão e a forma de conteúdo”. Se contrapondo a Saussure, ele conceituou as duas camadas da substância como formadas semioticamente e não como amorfas. (NOTH, 1996).

Hjelmslev (2003, p. 49) afirma que “um ‘signo’ funciona, designa, significa. Opondo-se a um não-signo, um ‘signo’ é portador de uma significação.” Compreendemos que, o signo veicula significações diversas, é representativo e altamente significativo ao contrário do não signo que nada significa. Lima (2007) chama atenção para o fato de que os signos quando isolados, sem um contexto, não significam muito.

Hjelmslev (2003, p. 49) explica que “as palavras deixam-se analisar em partes que são igualmente portadoras de significações: radicais, sufixos de derivação e desinências flexionais.” O signo pode corresponder a uma entidade mínima, que apresente uma significação. Os morfemas, os radicais e os sufixos são unidades menores que as palavras, que, assim como as palavras, apresentam uma significação. Assim, a palavra pode ser decomposta em partes significativas. Em suma, os estudos realizados por Hjelmslev representam um avanço na teoria do signo saussuriano.

Foi a partir do signo hjelmsleviano que Greimas propôs o percurso gerativo da significação sobre o qual vamos discorrer a seguir.

### 3.2 O PERCURSO GERATIVO DA SIGNIFICAÇÃO

O mundo em que vivemos é repleto de significações construídas a partir de relações sociais e interpessoais. Para entendermos essas significações, podemos seguir o Percurso Gerativo da Significação (PGS) como um modelo de produção de sentido proposto por Greimas.

Sobre esse PGS, Fiorin (2016, p. 20) o define como uma progressão de níveis, “[...] cada um dos quais suscetível de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e se interpreta o sentido, num processo que vai do mais simples ao mais complexo.” A significação é entendida, de acordo com Lima (2007), como um trajeto, um percurso que engloba três níveis: o profundo (fundamental), o narrativo e o discursivo. Estes níveis se relacionam uns com os outros, de modo que o percurso vai do nível mais abstrato até o nível mais concreto. Cada um desses patamares apresenta uma semântica e uma sintaxe.

O nível fundamental do percurso gerativo é o primeiro, se pensarmos no enunciado. Ele define o sentido inicial através do qual é construído e estruturado o discurso. (LIMA, 2007). Abriga uma semântica e uma sintaxe. A semântica do nível fundamental, segundo Fiorin (2016), abarca as categorias semânticas que formam o alicerce da construção textual, baseando-se nas oposições/diferenças. Contudo, para haver uma comparação entre dois opostos, é necessário que eles apresentem um ponto em comum, sobre o qual se debruce uma diferença. Assim, os elementos diferentes de uma categoria semântica conservam “[...] entre si uma relação de contrariedade”. (FIORIN, 2016, p. 22).

Os termos se apresentam como contrários quando estabelecem entre si uma “[...] relação de pressuposição recíproca.” (FIORIN, 2016, p. 22). A negação de cada um dos

termos contrários implica na obtenção de dois contraditórios que se caracterizam por serem contrários entre si. Fiorin (2016) nomeia os contraditórios de subcontrários. A contrariedade é determinada pela falta ou presença de um determinado traço. “Os termos em relação de contrariedade possuem um conteúdo positivo cada um.” (FIORIN, 2016, p. 22).

A sintaxe do nível fundamental, para Fiorin (2016), abarca dois pontos: a negação e a afirmação (asserção). Na progressão do texto, acontecem essas duas operações. Em que pode ocorrer as seguintes ligações: a afirmação de um fato (a), depois a sua negação e a afirmação de um fato (b) ou a afirmação de um fato (b), depois a sua negação e a afirmação de (a). Podendo ser vislumbradas das seguintes formas:

Quadro 2 – Operações sucessivas prováveis em um texto

- |   |
|---|
| <p>a) afirmação de <i>a</i>, negação de <i>a</i>, afirmação de <i>b</i>;<br/> b) afirmação de <i>b</i>, negação de <i>b</i>, afirmação de <i>a</i>.</p> |
|---|

Fonte: Fiorin (2016, p. 23).

Os termos que estão na base do texto recebem a qualificação semântica de euforia *versus* disforia. A euforia é o contrário da disforia e vice-versa. A primeira é um termo que tem um valor positivo, ao passo que, a segunda tem um valor negativo. (FIORIN, 2016). A aforia é neutra, nem é disforia, nem euforia. Assim, Lima (2007, p. 27) afirma que os textos podem ser “[...] euforizantes, disforizantes e aforizantes.”

A sintaxe e a semântica do nível fundamental simbolizam a primeira instância, o primeiro passo para a construção do percurso, buscando esclarecer os níveis mais abstratos, profundos da significação, “[...] da produção, do funcionamento e da interpretação do discurso.” (FIORIN, 2016, p. 24).

O nível narrativo (narratividade), segundo Lima (2007, p. 28) é a parte “[...] intermediária entre a estrutura superficial e a estrutura profunda”. Neste nível, temos a simulação do percurso social de um sujeito, que ao procurar significações para a sua vida, modifica o seu mundo e a sua trajetória. Na sintaxe narrativa, temos um sujeito semiótico que, na busca do seu objeto de valor, pode passar por provas ou enfrentar obstáculos. Além disso, pode ser ajudado por um adjuvante ou atrapalhado por um oponente.

A sintaxe narrativa, de acordo com Fiorin (2016), compreende dois tipos de enunciados: *os enunciados de estado* e *os enunciados de fazer*. O primeiro se refere à relação, que é estabelecida, entre o sujeito semiótico e o seu Objeto de Valor (OV). No qual, a junção

pode ocorrer de duas formas diferentes: a conjunção, na qual o sujeito toma posse do seu objeto de valor e a disjunção, em que o sujeito é privado do seu objeto de valor. Vejamos a frase proposta por Lima (2007, p. 30), que exemplifica essa questão:

Quadro 3 – Enunciado de estado: Junção e disjunção com OV

F junção ( $S \cap O$ ) (que se lê: sujeito transformador conjunto com o objeto de valor)  
 F junção ( $S \cup O$ ) (que se lê: sujeito transformador disjunto com o objeto de valor)

Fonte: Lima (2007, p. 30).

De acordo com Fiorin (2016), os enunciados do fazer correspondem à mudança de um estado para outro. A qual pode ocorrer de duas formas: da conjunção para a disjunção, em que o sujeito passa de um estado conjunto com o seu OV para um disjunto, ou da disjunção com o OV para a conjunção, em que ocorre o inverso. Lima (2007, p. 31) representa esta situação da seguinte maneira:

Quadro 4 – Enunciado do fazer: relações conjuntivas e disjuntivas

F =  $[(S1 \cap OV) (S1 \cup OV)]$  (que se deve ler: o fazer transformador em que o sujeito semiótico conjunto do seu objeto de valor passa a disjunto com o mesmo).  
 F =  $[(S1 \cup OV) (S1 \cap OV)]$  (que se deve ler: o fazer transformador em que o sujeito semiótico disjunto do seu objeto de valor passa a conjunto com o mesmo).

Fonte: Lima (2007, p. 31).

Segundo Fiorin (2016), os textos são narrativas complexas, em que uma sequência de enunciados de fazer e de estado (ser) são ordenados, categoricamente. Estas narrativas correspondem a uma ordem canônica composta de quatro etapas: a manipulação, a competência, a performance e a sanção.

Na manipulação, como o próprio nome pressupõe, temos um sujeito, que é manipulado por outro sujeito, sendo levado a querer ou a dever realizar algo. Assim, temos um sujeito manipulado e um sujeito manipulador. Fiorin (2016) elenca quatro tipos de manipulação: a tentação, a intimidação, a sedução e a provocação.

A tentação acontece quando o sujeito manipulador oferece ao sujeito manipulado um prêmio (objeto de valor positivo), caso ele faça alguma coisa, por exemplo, *Se você fizer toda a sua tarefa, te dou aquele presente que você me pede há tanto tempo*. A intimidação é quando

o sujeito manipulador tenta convencer o outro a fazer algo por meio de ameaças, expressando um valor negativo, caso o manipulado não realize o que é pedido, exemplo, *Se você não fizer a tarefa, nada de presente, viu*. A sedução dá-se quando o sujeito manipulador estimula o sujeito manipulado a realizar algo, mostrando-lhe uma imagem positiva, exemplo, *Você é um menino inteligente, vai conseguir fazer a tarefa, não é?* E, por fim, a provocação ocorre quando o manipulador apresenta uma imagem negativa do manipulado, para que o manipulado mostre-lhe o contrário, como exemplo, *Até parece que você vai conseguir fazer essa tarefa, preguiçoso do jeito que é*.

A segunda etapa é a competência, nela o sujeito que é responsável de fazer a principal mudança da narrativa, ou seja, a performance é “[...] dotado de um saber e/ou poder fazer.” (FIORIN, 2016, p. 30). Aqui, é definida a competência modal do sujeito, que irá efetuar a performance. Realizar a performance (terceira fase da trajetória) envolve um poder e um saber fazê-la, bem como, um dever e um querer efetivá-la. São definidas as modalidades: *poder fazer, querer fazer, saber fazer e poder fazer*. Ao contrário disso, o sujeito pode apresentar modalidades negativas como: *o não querer, o não dever, o não poder e o não saber*. Estas impossibilitam a ação do sujeito. (FIORIN, 2016).

É na performance onde acontece a modificação mais importante da narrativa. Ocorre a passagem de um estado para outro, de um estado conjunto com o OV para um de disjunção ou vice-versa, por exemplo. (FIORIN, 2016).

Já a sanção é a fase final onde é evidenciada a certeza de que a performance aconteceu e de que o sujeito a realizou. Assim, nessa fase, o sujeito recebe um prêmio (valor positivo) ou uma punição (valor negativo) pelo seu feito. São recebidas recompensas ou castigos. Nos contos populares, é comum o bem vencer o mal, quando isso acontece o bem é recompensado, enquanto o mal é punido. É, também, na fase da sanção em que tudo é revelado, em que ocorrem as grandes descobertas, acarretando o descobrimento do verdadeiro herói e, conseqüentemente, do vilão. (FIORIN, 2016).

Na semântica narrativa, têm-se os valores que são atribuídos aos Objetos Modais (OM) e de valor. De acordo com Fiorin (2016, p. 37), os objetos modais são: “[...] o querer, o dever, o saber e o poder fazer [...]”, são os que o sujeito precisa obter para fazer a performance. O OV é o que o sujeito pretende alcançar, entrando em um estado disjunto ou conjunto, dentro da transformação central. Os OM são os que o sujeito utiliza para chegar ao OV e os OV são os que o sujeito busca conquistar, sendo este o seu principal objetivo, “[...] cuja obtenção é o fim último de um sujeito.” (FIORIN, 2016, p. 37).

No nível discursivo, as formas abstratas do nível narrativo ganham concretude. Segundo Fiorin (2016, p. 41), “o nível discursivo produz as variações de conteúdo narrativos invariantes.” A discursivização é a parte da concretização das estruturas do nível narrativo. As estruturas discursivas são mais superficiais e menos profundas. Nesta fase, os esquemas narrativos são transformados em discurso, por meio da enunciação.

A sintaxe do nível discursivo compreende as relações intersubjetivas de enunciação e enunciado, de tempo, de espaço e de pessoas. Dentre estas vertentes, o tempo é o nosso objeto de estudo, objetivo primeiro desta discussão. A enunciação definida por Benveniste (1989, p. 82) “[...] é o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.” Nela, devem ser considerados: o ato, as situações em que ele é efetuado e as ferramentas para a sua efetivação. Para ele, a língua se realiza na enunciação, antes dela é possibilidade, depois é realizada em uma instância discursiva que parte de um locutor, incitando uma enunciação de volta. (BENVENISTE, 1989).

A enunciação é a ação de produzir um discurso, segundo Fiorin (2016, p. 55), “[...] é uma instância pressuposta pelo enunciado [...]”, este é fruto da enunciação. Toda enunciação vem antes de um enunciado. Na produção do enunciado, o enunciador procura convencer o enunciatário do que está sendo dito, utilizando-se para tanto da sua persuasão. O enunciatário, por sua vez, tenta interpretar, compreender o discurso do outro, para aceitá-lo ou não. (FIORIN, 2016).

Os elementos fundamentais da enunciação são as categorias de tempo, espaço e pessoa. A enunciação é a instância de um *eu-aqui-agora*. Entendida desta forma, o ato enunciativo compreende uma pessoa (*eu/tu*), um espaço (*aqui*) e um tempo (*agora*). O *eu* é quem profere o discurso, a quem o *eu* fala é determinado como *tu*. *Eu e tu* são as pessoas que participam da enunciação (enunciador e enunciatário). O “[...] *aqui* é o espaço do *eu* [...]”, através do qual todos os outros lugares são determinados. O *agora* é o instante em que o *eu* profere o seu discurso, a partir deste, todo o tempo da língua é organizado. (FIORIN, 2016, p. 56).

O enunciado é a instância do *ele-alhures-então*. A pessoa do enunciado é o *ele*, o espaço é o do *lá* ou *alhures* e o tempo é o *então*. Podemos diferenciar nos textos a enunciação enunciada e o enunciado enunciado. Aquela deixa marcas da enunciação no discurso, este é “[...] despido das marcas enunciativas.” (FIORIN, 2016, p. 78).

A discursivização analisa os processos de actorialização (construção das pessoas), temporalização (construção do tempo) e espacialização (construção dos espaços). Os dois mecanismos básicos para o estabelecimento do eu-aqui-agora, ou seja, da enunciação no

enunciado são a debreagem (distanciamento da enunciação, ou seja, da instância do eu-aqui-agora) e a embreagem (aproximação da enunciação, da instância do eu-aqui-agora). (FIORIN, 2016).

O distanciamento projeta no enunciado a pessoa, o tempo e o espaço da enunciação ou do enunciado. Ele pode ser enunciativo, no qual são projetados no enunciado um *eu-aqui-agora*, ou enuncivo, no qual se projeta um *ele-alhures-então*. Nas palavras de Fiorin (2016, p. 58-59, grifo do autor):

Há três tipos de debreagem enunciativas e três enuncivas: as de pessoa (actancial), as de espaço (espacial) e as de tempo (temporal). A debreagem enunciativa projeta, pois, no enunciado o *eu-aqui-agora* da enunciação, ou seja, instala no interior do enunciado os actantes enunciativos (eu/tu), os espaços enunciativos (aqui, aí, et.) e os tempos enunciativos (presente, pretérito perfeito 1, futuro do presente). A debreagem enunciva constrói-se com o *ele*, o *alhures* e o *então*, o que significa que, neste caso, ocultam-se os actantes, os espaços e os tempos da enunciação.

Como refletido acima, o distanciamento enunciativo, assim como o enuncivo, apresentam três tipos: actancial, espacial e o temporal. O distanciamento enunciativo coloca, explicitamente, no enunciado os actantes, os espaços e o tempo da enunciação, ou seja, o *eu*, o *aqui* e o *agora*. O distanciamento enuncivo, ao contrário, oculta os actantes, os espaços e os tempos enunciativos. Nesta, temos o uso da terceira pessoa *ele* (não eu), o espaço é diferente, não está ligado ao *aqui*, é *alhures*, e o tempo não é do *agora*, é o do *então*. Vejamos o quadro que sintetiza essa questão:

Quadro 5 – Distanciamento enunciativo e enuncivo

Distanciamento	
Enunciativo:	Enuncivo:
Actancial → <i>eu/tu</i>	Actancial → <i>ele</i>
Espacial → <i>aqui</i>	Espacial → <i>alhures</i>
Temporal → <i>agora</i>	Temporal → <i>então</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

O distanciamento enunciativo produz discursos diretos de primeira pessoa (eu), fazendo com que o texto ganhe subjetividade. Desta forma, o eu é posto no discurso, projetando uma enunciação. Já, o distanciamento enuncivo produz discursos de terceira

pessoa (ele), tornando-o objetivo, em que o eu é afastado do interior do discurso. (FIORIN, 2016).

Do distanciamento temporal, segundo Fiorin (2016, p. 59), procedem três momentos referenciais: “[...] um concomitante ao agora (o presente); um anterior ao agora (pretérito); e um posterior ao agora (o futuro).” Em que o ponto de referência é o presente da enunciação. A língua, para o autor, dispõe de três Sistemas de Tempos (ST): *presente, passado e futuro*, nos quais são manifestados uma anterioridade, uma concomitância e uma posteridade. Nas palavras de Fiorin (2016, p. 61):

O sistema do presente possui três tempos: presente (concomitância em relação ao agora); pretérito perfeito 1 (anterioridade em relação ao agora); futuro do presente (posteridade em relação ao agora). O sistema do pretérito tem os seguintes tempos: pretérito perfeito 2 e pretérito imperfeito (concomitância em relação a um marco temporal pretérito: o perfeito indica uma ação acabada e o imperfeito, uma ação inacabada, em transcurso); pretérito-mais-que-perfeito (anterioridade em relação a um marco temporal pretérito); futuro do pretérito (posteridade em relação a um marco temporal pretérito). O sistema do futuro também constrói essas três relações: presente do futuro (concomitância em relação a um momento de referência futuro); futuro anterior (anterioridade a um momento de referência futuro), futuro do futuro (posteridade a um momento de referência futuro).

A partir do exposto pelo autor, compreende-se que tanto o presente, quanto o futuro e o passado envolvem tempos diferentes, que são marcados por traços referenciais com relação ao momento do agora.

Podemos sintetizar a temporalização, definida por Fiorin (2016, p. 60), por meio do seguinte esquema da temporalização:

Quadro 6 – Esquema da temporalização

ST	Anterioridade	Concomitância	Posteridade
Presente	Pretérito perfeito	Presente	Presente do futuro
Futuro	Futuro anterior	Presente do futuro	Futuro do futuro
Passado	Pretérito-mais-que-perfeito	Pretérito perfeito 2/ imperfeito	Futuro do pretérito

Fonte: Fiorin (2016, p. 60).

Fiorin (2016, p. 61) salienta que, “os valores temporais é que constituem, de fato, o tempo, que é a categoria pela qual se indica se um acontecimento é concomitante, anterior ou posterior em relação a um momento de referência pretérito ou futuro, ordenado em relação ao momento da enunciação.” Do momento da enunciação é constituído o tempo linguístico, este

se dá na e pela enunciação. Está centrado no presente da instância da fala (agora). Este tempo é simultaneamente gerador e axial, ou seja, o ponto-chave. Da enunciação é instaurado o presente e do presente surge o tempo. O presente formal, apenas, mostra o presente inerente à enunciação, que é renovado a cada ato enunciativo. (BENVENISTE, 1989). O ato de narrar ocorre, por excelência, no momento presente, por mais que os acontecimentos narrados sejam passados ou futuros (narrativa profética).

A enunciação proporciona as circunstâncias essenciais às funções sintáticas, as quais o enunciador utiliza para influenciar, de alguma forma, o proceder do alocutário, como exemplo, a *interrogação* que estimula uma resposta, a *intimidação*, que estimula uma determinada atuação do outro, a *asserção*, que busca comunicar uma certeza, sendo demonstrada pelo uso das palavras *sim* e *não*. Benveniste (1989, p. 87) afirma que o que caracteriza a enunciação é “[...] a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.” Esta característica coloca à mostra “o quadro figurativo da enunciação”. Logo, a enunciação, para acontecer, precisa de duas “figuras” no discurso, uma que o inicia e a outra que o termina. Assim, tem-se o diálogo. O monólogo é considerado pelo autor como um diálogo interior, que se realiza através da enunciação. Essa passagem de diálogo para monólogo divide o EGO em duas partes, “[...] ou assume dois papéis, presta-se a figurações ou a transposições psicodramáticas [...]” que são os conflitos do “eu profundo” e de “consciência”. (BENVENISTE, 1989, p. 88).

O narrador-enunciador, ao delegar voz aos atores do enunciado ou da enunciação, produz um distanciamento interno ou de segundo grau, no qual se simulam diálogos no texto, criando um efeito verdade, por meio do discurso direto, em que o enunciatário é levado a crer que está ouvindo ou lendo as palavras de outrem. (FIORIN, 2016).

O segundo mecanismo é a aproximação. Nesta, segundo Fiorin (2016, 74), há “[...] uma suspensão das oposições de pessoa, de tempo ou de espaço.” Ela é uma tentativa de reconstrução, de retorno à enunciação. Intenta recuperar, voltar à enunciação. A aproximação trás efeitos de sentido para o texto. O distanciamento e a aproximação são ferramentas sintáticas da enunciação, das quais o enunciador se utiliza para convencer e persuadir o enunciatário. (FIORIN, 2016).

A semântica discursiva dá concretude às mudanças de estado acarretadas no nível narrativo. É ordenada, através dos investimentos de figurativização e tematização. Trabalha com a produtividade semântica das figuras e dos temas. A figura é o termo concreto, refere-se às coisas que já existem no mundo natural e construído. Fiorin (2016, p. 91) define a figura como “[...] todo conteúdo de qualquer língua natural ou de sistema de representação que tem

um correspondente perceptível no mundo natural.” Na superficialidade linguística são as letras e fonemas. O tema é o termo abstrato, ao contrário da figura não se refere ao mundo natural, mas é um “investimento semântico”, que reveste os esquemas narrativos, conceitual, que caracteriza, organiza os termos do mundo natural. Por exemplo, na oração simples: *a noite está fria!* Nela, as figuras são as palavras que a compõem (o concreto), já o tema é o frio (o abstrato). Os textos figurativos representam o mundo, a realidade, enquanto os temáticos procuram explicá-lo.

O percurso figurativo, segundo Fiorin (2016, p. 97), é o “[...] encadeamento das figuras”, tendo em vista que isoladas não apresentam sentido, mas este surge da relação que elas estabelecem conjuntamente. Logo, as figuras que compõem os percursos figurativos têm de preservar uma coerência interna, exceto nos casos em que a quebra da coerência ocorre para causar efeitos de sentido no texto. Fazer a leitura de um texto figurativo implica entender o tema de que ele trata. O percurso temático é formado pela ligação de temas. Assim como no anterior, neste deve haver uma coerência interna.

Na semântica discursiva, os espaços, os tempos e as pessoas representados na sintaxe do discurso podem ser tematizados e figurativizados. Para Fiorin (2016):

Tematiza-se uma pessoa com papéis como pai, professor, banqueiro, empregada, doméstica, etc. Em seguida, essa pessoa será figurativizada, quando ganhar um nome, características físicas e psicológicas. Um espaço (aqui, aí, lá, algum lugar) será tematizado quando representar valores abstratos como lugar de liberdade, da opressão, etc. Será figurativizado quando for descrito com todas as suas propriedades. Um tempo (agora, anterioridade, posterioridade) recebe uma cobertura temática quando for investido de qualificações abstratas: tempo da alegria, tempo da dor, etc. Será figurativizado quando essas qualificações forem concretizadas. (FIORIN, 2016, p. 101-102).

Desta forma, os atores, os tempos e os espaços são tematizados quando lhes são atribuídas características mais abstratas, as pessoas recebem papéis, os espaços assim como o tempo, estão mais relacionados às impressões que se pode ter de ambos. Já na figurativização são atribuídas aos atores, espaços e tempos características concretas, as pessoas que recebem papéis na tematização, ganham nome e características peculiares, os espaços e os tempos passam a ser descritos com todas as suas propriedades. (FIORIN, 2016).

Encerradas as observações e considerações sobre o percurso gerativo da significação, que achamos pertinentes para o desenvolvimento da pesquisa, partimos para o próximo tópico *O tempo do discurso*, no qual buscamos descrever o nosso objeto de estudo.

### 3.2.1 O tempo do discurso

O tempo é comum a todas as línguas, a todos os povos. Nós baseamos nossas vidas e nossas atividades no tempo, buscando um equilíbrio entre nossas ações e as horas que elas levam para se realizarem. Desde os primórdios das civilizações, os homens buscaram meios de objetivar o tempo de seus dias, do curto espaço que temos nesta terra, seja pela posição da lua ou do sol, do movimento de rotação e translação da terra etc.

De fato, o tempo já nos é comum. A nossa existência é calcada no tempo, a nossa vida em sociedade, a nossa organização, tudo que fazemos e planejamos gira em torno de um único denominador comum: o tempo. Nesse intento de compreender a organização da vida humana, através do tempo, muitas pesquisas e estudos já foram feitos sobre essa temática. A categoria tempo é aqui a nossa preocupação primeira no desenvolvimento deste trabalho, portanto, nele nos demoraremos mais.

Há séculos, o homem questiona-se sobre o tempo e suas demarcações. Um dos primeiros pensadores a tecer considerações e a voltar-se para uma análise filosófica a respeito do tempo foi Santo Agostinho. Em seu livro “Confissões”, o autor reflete sobre a problemática do tempo, estudando-o sob uma perspectiva psicológica, de como nós seres humanos o apreendemos.

Segundo Agostinho (2015), o tempo é fácil de ser entendido, tendo em vista que ele está sempre presente em nossos diálogos e nos é muito próximo, mas é algo complexo de ser explicado, pois sabemos o que é o tempo, caso não nos questionem sobre ele, mas se nos perguntam e pedem para explicarmos o que é o tempo, já não o sabemos. Para o autor, é possível afirmar que, se nada existisse não teríamos o presente e se nenhuma coisa restasse do agora, momento que vivemos, o futuro também não existiria. Segundo ele, o tempo pode ser dividido em: “tempo breve” e “tempo longo”, destinando, inicialmente, estes conceitos ao passado e ao futuro.

O “tempo longo” é aquele que antecede o presente em um século ou aquele que o sucederá, também, em um século. O “tempo breve” é concebido como o que sucede o presente em “dez dias” ou o que precede o presente em “dez dias”. Dessa forma, não se pode declarar que o tempo é breve ou longo, mas que o foi ou será, visto que não estamos falando do presente e que o futuro e o passado não existem no agora. (AGOSTINHO, 2015, p. 296).

Seguindo esta linha de raciocínio, o autor questiona-se: “[...] o tempo longo, já passado, foi longo depois de passado ou quando ainda era presente?” (AGOSTINHO, 2015, p. 296). Para tal questionamento, ele reflete que o único tempo capaz de ser longo é o presente,

pois o passado já não existe e, dessa forma, não tem como o ser. Ou seja, só enquanto era presente é que foi longo, pois é só neste tempo que as coisas existem e acontecem, mas quando deixou de ser, já não era longo, pois se tornou inexistente. Assim, o único tempo que tem a possibilidade de ser longo é o presente.

Todavia, um século não pode ser capaz de ser todo presente, visto que vivemos um ano de cada vez, assim, se estamos vivendo o ano inicial, ele é presente, os demais são futuros e inexistentes. Da mesma forma, se estamos vivendo outro ano ele é presente, o anterior é passado e os demais futuros. E, assim, por diante. No pensamento agostiniano, nem mesmo o ano é todo presente, pois se estamos vivendo um dado mês, os anteriores a ele são passados e os próximos que virão são futuros. Logo, nem mesmo o mês é todo presente, visto que, se estamos no dia primeiro, os próximos dias são futuros, se estamos no último, os anteriores são passados. (AGOSTINHO, 2015).

Portanto, Agostinho (2015) conclui que o tempo presente também não pode ser longo e que este está diminuído a apenas 24 horas. Todavia, o autor afirma que o dia não é todo presente, tendo em vista que este é segmentado em horas e se estamos vivendo uma hora, só ela é presente, as outras não podem ser porque se dividem em passadas e futuras. Também, a hora é composta de momentos, que passam rápido. Assim só esse pequeno instante que está decorrendo agora é presente. Logo, Agostinho (2015, p. 298) explica que só se pode conceber como presente “[...] um espaço de tempo que não seja susceptível de ser dividido em tais partes, por mais pequeninas que sejam [...]”. O presente não dura, pois oscila rapidamente do futuro para o passado, caracterizando-se por não ter espaço. Desse modo, não podemos considerar longo o passado, porque deixou de existir, o futuro porque ainda não existe e o presente porque não tem duração. Nessa perspectiva, também não é possível medir o tempo, a não ser no instante que está ocorrendo.

Assim, não existem coisas passadas, nem tampouco futuras, pois “[...] em qualquer parte que estiverem, aí não são futuras, nem pretéritas, mas presentes.[...]” (AGOSTINHO, 2015, p. 299). Neste sentido, as coisas passadas e futuras só existiram quando estiveram no presente. Nas palavras do autor:

Ainda que se narrem os acontecimentos verídicos já passados, a memória relata não os próprios acontecimentos que já decorreram, mas sim palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos [...] por conseguinte, a minha infância, que já não existe presentemente, existe no passado que já não é.[...]. (AGOSTINHO, 2015, p. 300).

Com base na citação, mesmo que sejam narrados fatos reais do passado, a memória não traz a tona o fato que ocorreu em si, mas as palavras nascidas da imagem desse acontecimento, que deixou marcas, como o exemplo da infância, que não está no presente e faz parte do passado, que já não existe. Mas, a sua imagem, quando lembrada se torna um objeto descritivo e é vista no tempo presente, ou seja, o enunciador, ao lembrar tal fato, acaba situando, no ato da fala, a imagem deste acontecimento no presente, na instância do discurso. Agostinho (2015) já elucidava no seu discurso, o presente enunciativo, próprio da língua.

É inoportuno afirmar, de acordo com o autor, que os tempos são três, como se postula, normalmente: o passado, o presente e o futuro. Considerando-se que, como já mencionamos, não existe passado, porque já passou e não existe mais e o futuro porque ainda não veio. Concluindo essa análise, Agostinho (2015, p. 301-302) propõe uma nova terminologia para os três tempos, os nomeando de: “[...] lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras”, respectivamente.

Outra ressalva do Bispo de Hipona é referente à diferença entre eternidade e tempo. Para ele, aquela é durável, nela o tempo não é passageiro, ao contrário, tudo é sempre presente, neste nada tem duração, tudo passa em um piscar de olhos, sendo que o tempo não poderá jamais ser unicamente presente. (AGOSTINHO, 2015).

Mas, passemos dessa discussão filosófica e vamos para uma de caráter linguístico. Benveniste (1989), aprofundando-se na questão do tempo, caracteriza-o como uma categoria essencial do discurso. Para o autor:

Das formas linguísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o *tempo*, nenhuma é tão difícil de explorar, a tal ponto estão arraigadas as ideias preestabelecidas, as ilusões do ‘bom senso’, as armadilhas do psicologismo. (BENVENISTE, 1989, p. 70, grifo do autor).

Com base na citação é correto afirmar que dentre as formas da língua que evidenciam a subjetividade da experiência humana, o tempo é considerada a mais difícil de analisar e a que abrange manifestações muito diversas, as quais se caracterizam por serem formas de estabelecer a encadeação das coisas. A forma como a língua concebe o tempo é totalmente divergente do modo como a reflexão o vê. Assim, Benveniste (1989) especifica que existe um tempo próprio e característico da língua, mas que, para chegarmos até ele, é oportuno que se faça a diferenciação entre duas concepções de tempo: o tempo físico e o tempo crônico.

O *tempo físico* do mundo é caracterizado como um contínuo regular, ilimitado, que pode ser dividido. Segundo Benveniste (1989, p.71), este tempo tem “[...] por correlato no homem uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior.” Logo, ele é determinado pelos nossos sentimentos, medido pelas nossas sensações interiores, variando de pessoa para pessoa e apresentando um caráter psíquico, mental. Esse tempo é partilhado por todos, faz parte da nossa experiência comum.

O *tempo crônico* é o tempo dos fatos que compreendem a organização da nossa vida, como uma sucessão perene de eventos, acontecimentos. Este é o tempo que vivemos. Nossa vida passa rapidamente, e o nosso “relógio” corre sem pausas, sem que possamos retornar ao que se passou, e isso faz parte da experiência de todos os viventes. Nunca poderemos reviver o passado, voltar ao dia que já vivemos (o ontem), a nossa meninice, a um momento que gostaríamos muito de reviver ou ao segundo que acaba de ocorrer, caminhamos numa jornada em que não há recuo no tempo. Para Benveniste (1989, p. 71), nossas vidas têm registros, “[...] pontos de referência [...]”, que associamos a um passado mais atual ou a um passado antigo. Assim, somos observadores.

O observador, que é cada um de nós, pode lançar o olhar sobre os acontecimentos realizados, percorrê-los em duas direções, do passado ao presente ou do presente ao passado. Nossa própria vida faz parte destes acontecimentos, que nossa vida percorre numa direção ou em outra. Neste sentido, o tempo crônico, congelado na história, admite uma consideração bilateral, enquanto que nossa vida vivida corre (é a imagem recebida) num único sentido. *A noção de acontecimento é aqui essencial.* (BENVENISTE, 1989, p. 71, grifo nosso).

Isso significa dizer que, nós, como observadores, podemos examinar a nossa vida e nos voltar para os acontecimentos praticados, percorrendo dois sentidos: do presente ao pretérito ou do pretérito ao presente. A vida humana compreende esses fatos. Assim, o tempo crônico assume uma postura bilateral, ao passo que, o que já vivemos só percorre em uma única direção, caminhamos em um único sentido. A noção de acontecimento é fundamental, pois ela está fincada no agora (presente), onde a ideia de tempo é construída. (BENVENISTE, 1989).

No tempo crônico, o que Benveniste (1989, p. 71) define como tempo é o encadeamento com que se retêm os acontecimentos. Estes acontecimentos, “[...] não são o tempo, eles estão no tempo. Tudo está no tempo, exceto o próprio tempo.” Ou seja, estes fatos estão dentro do tempo, mas não configuram o próprio tempo. Nesse sentido, tudo é articulado,

funciona e se determina mediante o tempo, menos o tempo. Além do mais, o tempo crônico e o físico abarcam duas versões: a objetiva e a subjetiva.

Nós, seres humanos, independente da nossa cultura, sentimos a necessidade de objetivar o tempo crônico de uma forma ou de outra, sendo esta uma situação importante para a nossa vida social. Nós estabelecemos a divisão desse tempo apoiados na repetição de eventos, próprios da natureza, como as fases lunares, a oscilação do dia e da noite, as estações climáticas, o movimento de rotação da terra e tantos outros fatos, que nos fazem perceber a passagem do tempo. “Este tempo é socializado é o do calendário.” (BENVENISTE, 1989, p. 72).

Os calendários apresentam marcas semelhantes, que tem origem em certas condições. A condição primeira é a *estativa*, que parte de um ponto zero, um fato de grande relevância como o nascimento do Criador, a *diretiva*, derivada da *estativa*, utiliza como meio referencial os termos opostos “antes” e “depois”, exemplo: antes/depois de Cristo. A *mensurativa* é destinada a mensurar os intervalos, espaços entre fenômenos cósmicos. Elas caracterizam o tempo crônico, este que é a base da vida social. (BENVENISTE, 1989, p. 72). De fato, é a partir do tempo crônico que organizamos as nossas ações e tarefas, perante a sociedade que vivemos. Medimos os anos, os meses, os dias, as horas e até mesmo os segundos de nossas vidas apoiados na recorrência do tempo crônico. Este tempo é uma forma de nos situarmos na história, de sabermos em que momento estamos, por isso ele é tão relevante para o ser humano, enquanto um ente social, que tem por necessidade organizar-se e situar-se no mundo.

O terceiro nível do tempo é o *tempo linguístico*, da língua, acionado no instante da fala e ordenado em função do discurso, uma vez que tem origem na enunciação. Benveniste (1989) afirma que, no que diz respeito à este tempo e ao crônico, são necessárias algumas distinções. Segundo ele:

Em relação ao tempo crônico, o que se pode dizer do *tempo linguístico*? Para falar deste terceiro nível do tempo, é necessário estabelecer novamente as distinções e separar as coisas diferentes, mesmo ou sobretudo se não pode evitar chamá-las pelo mesmo nome, uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua. (BENVENISTE, 1989, p. 74, grifo do autor).

Sendo assim, para se compreender o tempo linguístico é necessário que se faça a diferenciação entre ele e o tempo crônico, já que eles são divergentes. Pois, uma coisa é inserir um fato no tempo crônico e outra é o introduzir no tempo linguístico. Desta forma, compreende-se que é por meio da língua que se exteriorizam os conhecimentos dos seres

humanos em relação ao tempo. O que faz o tempo linguístico diferente dos demais é o fato dele está diretamente relacionado à fala, dele ser organizado e determinado como uma função discursiva, emergindo na instância do discurso. Para Benveniste (1989, p. 74, grifo do autor), este tempo está centrado no “[...] *presente* da instância da fala.”. Pois, toda vez que um locutor/enunciador aplica o presente, ele acaba fixando o acontecimento no agora, tornando-o novo no discurso que ele profere.

É evidente que este presente, na medida em que é função do discurso, não pode ser localizado em uma divisão particular do tempo crônico, porque ele admite todas as divisões e não se refere a nenhuma em particular. O locutor situa como ‘presente’ tudo que aí está implicado em virtude da forma linguística que ele emprega. (BENVENISTE, 1989, p. 75).

Assim, o presente acaba sendo reproduzido pelo locutor/enunciador no ato da fala, pois se refere a um momento ainda não vivenciado, totalmente contemporâneo, sendo está uma característica própria da linguagem e da enunciação. Sendo que, de acordo com Benveniste (1989, p. 75), “o presente linguístico é o fundamento das oposições temporais da língua.” Portanto, o presente linguístico pode se movimentar na gradação do discurso e não sofrerá modificações, continuará sendo presente. Este presente, segundo Benveniste (1989, p. 75), “[...] constitui a linha de separação entre dois momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao exercício da fala.” São eles: o instante em que o fato já não é mais novo no discurso, não se caracterizando mais como presente (mas passado) e passa a ser revivido pela memória e o instante em que ele ainda não aconteceu no discurso (futuro), neste caso ainda não é presente, ainda irá tornar-se.

Neste sentido, segundo Benveniste (1989), é notório que a linguagem disponibiliza de apenas uma expressão de tempo que é o presente. O único eixo em que a língua organiza o tempo, por obrigação, é sempre a instância do discurso, pois segundo o autor, não seria possível deslocar tal eixo referencial para o futuro ou o para o passado, não podendo sequer “[...] imaginar o que se tornaria uma língua na qual o ponto de partida de organização do tempo não coincidissem com o presente linguístico e na qual o eixo temporal fosse ele uma variável da temporalidade.” (BENVENISTE, 1989, p. 76).

O tempo linguístico (tempo discursivo) não é limitado às segmentações do tempo crônico, pois ele abarca os seus próprios segmentos e sua própria estrutura, que não dependem do tempo crônico. Benveniste (1989, p. 85) explicita que a temporalidade é “[...] produzida na e pela enunciação”. Sendo assim, da enunciação é instaurado o presente e do presente é

originado o tempo. Assim, o tempo emerge da categoria do presente. Nas palavras do autor, o presente

[...] é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. Poder-se-ia mostrar pelas análises em diversas línguas a posição central do presente. (BENVENISTE, 1989, p. 85).

Benveniste (1989) aponta que a enunciação é a única forma do presente linguístico realizar-se, pois o enunciador não tem outras formas de viver o instante, o hoje, este exato momento e torná-lo contemporâneo senão, por meio do discurso. O presente intrínseco à enunciação é renovado a cada enunciação e é “[...] a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de continuidade que denominamos ‘tempo’.” (BENVENISTE, 1989, p. 85-86). Este contínuo e a temporalidade formam o presente enunciativo, que é demarcado por referências interiores e é próprio do homem.

Este é o nosso foco de análise: o tempo crônico/cronológico e o tempo linguístico. Para a análise, certamente recuperaremos nossas discussões sobre a aproximação e o distanciamento do tempo em relação à enunciação proposta pela semiótica greimasiana. Teoricamente dispensamos a repetição neste tópico sobre as instâncias do tempo, pois entendemos que lá no percurso, especificamente na discursivização, se instala mais coerente.

Aqui, cumprimos com o objetivo de discorrer sobre teorias relacionadas ao tempo do discurso, distinguindo o tempo linguístico do tempo cronológico. No próximo capítulo, *O conto: uma representação da manifestação cultural*, intentamos caracterizar nosso *corpus* de análise.

## 4 O CONTO: UMA REPRESENTAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO CULTURAL

### 4.1 CONTAR: UMA PRÁTICA MILENAR

O contar é uma forma de expressão, através da qual são manifestados os valores, as crenças, os preceitos, credos e tabus que caracterizam a vida de um povo, de uma determinada sociedade. Assim como, as culturas são inúmeras e diversificadas, as suas manifestações também são várias e infundáveis. Mas, indubitavelmente, a arte do contar é algo presente em todas elas, uma vez que narrar suas histórias, transmitir seus conhecimentos, faz parte das necessidades que compõem o ser humano. Através da fala, do ato enunciativo, muitas lendas, costumes e tradições são apreendidos (ouvidos) e transmitidos de geração a geração. Nas palavras de Patrini (2005),

Contar é prática antiga. Nós encontramos tal prática em todas as partes do mundo, afirmam os poetas e os profetas. A literatura oral transmite de indivíduo a indivíduo, de povo a povo o conto que se constituiu em algo indispensável à vida e que os homens, através dos tempos, selecionaram pela experiência. (PATRINI, 2005, p. 105).

De acordo com o exposto pela autora, depreende-se que contar não é algo novo, existe desde a antiguidade, é uma atividade milenar. Pertence à cultura de todos os povos, desde as culturas mais primitivas às mais elaboradas. Os contos são transmitidos de geração a geração, de pessoa a pessoa e na fala de um contador ganham vida, encantam e deleitam a quem os ouve. De acordo com Patrini (2005), o contar é uma tarefa “mnemônica”, uma vez que é evocada pela memória, pelas imagens que são lembradas e estão guardadas na mente do contador. Para a autora, “a reminiscência é a base da tradição que transmite os eventos mais importantes de geração a geração.” (PATRINI, 2005, p. 106). Assim, na hora do contar, o contador resgata em sua memória, as lembranças, fatos e ideais que lhe são importantes e de uma maneira bem peculiar, ele os modula, adequando-os aos costumes e a tradição de seu povo.

Na boca do contador, as histórias ganham vivacidade, encantamento, uma nova roupagem, se atualizando a cada enunciação. O contador lança mão de artifícios, que fazem com que o receptor sintam-se atraído pelo que ouve e vê. “A emoção sedutora da voz acentua, modula, marca e emite, às vezes, vozes estranhas de animais.” (PATRINI, 2005, p. 108). Além dos recursos vocais que o narrador utiliza para entreter o público, ele gesticula, usa o corpo

para embelezar, encantar e narrar sua história. Logo, o contador usa de todo seu encantamento para deleitar e entreter seus ouvintes/público, levando-os a viajar pelo mundo da imaginação, dos sonhos, que compartilham com o mundo real. (PATRINI, 2005).

O contador é um artista e, como evidencia Patrini (2005), por mais que alguns contadores de história tradicionais não liguem a sua arte ao teatro, torna-se visível tal aproximação entre estas duas vertentes artísticas. Assim, como no teatro o contador precisa de uma plateia, da “[...] presença de um olhar, de um ouvinte atento e de uma memória que aguarda ser preenchida por novas palavras, ritos e gestos.” (PATRINI, 2005, p. 108).

Patrini (2005) relata que grande parte dos novos contadores de história começou a desenvolver a arte de contar nas bibliotecas.

Para a maioria dos contadores de histórias contemporâneos, a biblioteca foi o lugar onde eles começaram a contar. Desde o princípio, a prática de contar estava ligada ao universo da escrita, isto é, os contadores estavam mergulhados na transmissão oral do conto a partir das experiências vindas de um espaço em que predominava a escrita. Após este ensaio, que marcou os novos contadores e sua arte, cada um tomou um caminho pessoal, isto é, um olhar voltado para si em busca da auto-afirmação como artista transmissor do conto oral. (PATRINI, 2005, p. 114).

Neste sentido, a oralidade faz com que o conto que estava em repouso na escrita, acorde e floresça. Nessa transição de escrita para a oralidade, o conto ganha novos toques, são acrescentados a ele tonalidades e sonoridades diversas, enfeites, formas de contar, de acordo com a criatividade do contador, que situa o seu discurso no tempo enunciativo.

Contar autoriza ao contador usar sua imaginação, uma vez que ele não assume necessariamente um compromisso com a realidade social, como explicita Patrini (2005, p. 107), “contar [...] permite livre curso ao contador.” Assim, muitas vezes, as histórias/estórias ganham ornamentos que não são próprios da realidade, como criaturas sobrenaturais ou entidades imaginárias.

Presente no cotidiano das pessoas, contar/ouvir são sempre atividades prazerosas, de troca de saberes e experiências, que remontam aos conhecimentos dos nossos antepassados. Em geral, nas pequenas cidades e povoados as pessoas ainda mantêm vivo o costume de sentar a tardezinha ou à noite nas calçadas de suas casas para tomar um café e reunir-se com os seus familiares e/ou vizinhos para contar/ouvir os contos que seus pais, avôs e afins os contavam na sua infância, o que diverte, encanta, nos faz viajar no lúdico e afasta a solidão, “contar e ouvir é sempre uma aventura que provoca mudanças e que, eliminando as

distâncias, encontra o pretexto para o reencontro e a troca de experiências.” (PATRINI, 2005, p. 107).

A partir da arte do contar, da transmissão oral das experiências humanas, do re-contar histórias, tem-se o conto popular, fruto da memória coletiva. Tal conto, assim como todos os outros gêneros da literatura popular, tem suas peculiaridades, suas características próprias, que o tornam único e singular, como veremos no próximo tópico.

## 4.2 COMPREENDENDO O GÊNERO CONTO

As representações e manifestações culturais carregam muitas significações, características do fazer do homem, do povo. E como tal, o conto popular é uma fonte altamente produtiva de disseminação de valores, crenças. Propagado de milênio a milênio, o conto permanece na memória popular e continua sendo um dos meios de transmissão de valores, aprendizados, regras e conhecimentos sobre o seu próprio meio ou sobre o mundo.

Segundo Lima Arrais (2011), os contos são, geralmente, narrativas curtas, de fácil memorização, com um número reduzido de personagens. Em que há, também, a predominância de uma linguagem popular, simples, sem muito rebuscamento, com traços da oralidade, regionalismos e dialetos característicos da região, do povo e do contador que os profere.

O conto constitui-se como uma maneira de o homem se expressar e é propagado pela voz, tendo em vista que graças a ela “[...] o conto é difundido no mundo inteiro, preenche diferentes funções, dando conselho, estabelecendo normas e valores, atentando aos desejos sonhados e imaginados, levando às regiões mais longínquas a sabedoria dos homens experimentados.” (PATRINI, 2005, p. 118). Assim, os contos ultrapassam as barreiras de sua comunidade e se propagam pelo mundo, sendo modificados, adaptados a cada cultura, ganhando novas leituras e diferentes versões, transmitindo os valores e os ensinamentos dos mais antigos aos mais jovens.

No Brasil, os contos populares recebem diferentes nomeações: “História da carochinha, História de Trancoso, História das mil e uma noites, entre outros.” (LIMA ARRAIS, 2011, p. 82). No Ceará, estado em que fizemos o levantamento de contos já coletados, eles recebem a denominação de Histórias de Trancoso.

Não se sabe com exatidão a gênese do conto popular, onde e quando surgiu, todavia, é relevante, de acordo com Lima Arrais (2011, p. 82), frisar que “[...] todos os povos possuem

seus contos que refletem, de algum modo, seu imaginário, ou sua memória coletiva.” Dessa forma, cada povo tem seus contos, que se ligam diretamente aos ensinamentos dos seus antepassados e as crenças da comunidade. Todas as versões dos contos populares que temos atualmente (isso inclui as versões que estão registradas) se originaram a partir da oralidade, do conto oral.

Além do mais, essas histórias constituem “[...] uma memória da comunidade”. (PATRINI, 2005, p. 17). Ou seja, fazem parte da memória coletiva de todo um povo, representam as diferentes formas de enxergar a existência, o mundo em que vivemos, seus receios, suas preocupações, suas expectativas. Para Lima Arrais (2011, p. 86):

Esses contos refletem os costumes de uma região e o saber dizer de um contador em particular que, através da incoatividade mnemônica, relatam os fatos fictícios do passado, mas atualizados em virtude do espaço, tempo e pessoas do presente. Adéquam elementos conforme a receptividade dos seus ouvintes, causa por que o conto sofre determinadas alterações, quer ganhando, quer perdendo elementos.

Isso significa dizer que essas narrativas apreendidas e passadas de geração a geração acabam sendo incorporadas aos hábitos, tradições e costumes das localidades. Os contadores se utilizam da memória para começar a contar seus contos e resgatarem fatos imaginários ou não do passado, tornando-os atuais no seu discurso, situando-os na instância do eu-aqui-agora, ou seja, na enunciação.

A forma como os contos são recebidos pelos ouvintes é bastante significativa, haja vista que através dela o conto pode passar por alterações. Assim, uma pessoa conta para outra, que conta para outrem e o conto vai se renovando, ganhando ornamentos ou perdendo, isso vai depender de quem o conta. Logo, os contos pertencem ao povo, à cultura popular e não a um autor específico, pois ele está sempre sendo modificado e renovado pelo mundo. Vale salientar, que “o conto possui um caráter universal e dá às pessoas uma possibilidade de renovação e de renascimento.” (PATRINI, 2005, p. 172).

Nesse sentido, os contos são dinâmicos, livres e podem ser entendidos de formas muito diferentes, a partir da compreensão de cada ouvinte que os escuta. Cada pessoa pode acrescentar a ele suas convicções, anseios e criatividade, pois o conto é um gênero livre que permite sempre novas adaptações. Patrini (2005, p. 120) afirma que:

Os contos são narrados com muita precisão, porém continuam livres, permitindo ao ouvinte interpretá-los como ele quiser, enriquecê-los e orná-los se isto lhe convier. Por isso, a história que recupera o saber milenar

suscita a surpresa, o maravilhoso e a reflexão. O que é essencial no conto é esta viagem, a aventura; o conto é um gênero de distração, admitem os pesquisadores e os contadores.

Compreende-se que o conto, mesmo narrado com exatidão, possibilita ao ouvinte fazer adaptações, adequá-los, trazê-los para mais próximo de si, familiarizá-los, podendo entendê-los da forma como lhe for mais conveniente. Além do mais, o conto é matéria livre, viva e plástica, não está fechado a acréscimos, mas se permite, sempre, enriquecer de novos ornamentos, a gosto do imaginário popular e de sua capacidade criadora. O conto resgata os saberes encentrais de todo um povo, de toda uma cultura, suscitando em nós a surpresa, muitas vezes, nos levando também a refletir. O maravilhoso é também um ponto forte nessas narrativas, é comum a presença de seres dotados de poderes, entidades fictícias ou seres inanimados que ganham vida e inteligência. (PATRINI, 2005).

Assim, o conto, quer escrito ou oral, não trata apenas da realidade ou dos acontecimentos como são, uma vez que ele não estabelece limites entre o real e o não real. Patrini (2005, p. 122) aponta que:

O conto não faz referência somente ao fato, ele não tem relações com o acontecimento real, isto é, não demarca limites precisos entre ficção e realidade. O conto oral ou escrito não é um documento, é uma invenção, uma criação. O conto sempre oferece diferentes níveis de leitura e de compreensão.

Neste gênero, imaginação e realidade estão atreladas. O que se torna fundamental no conto é a viagem no lúdico, à distração e o divertimento que ele nos causa. “Os contos nutrem nossa experiência, nossa coragem, e a exaltação do maravilhoso comanda o desejo de escapar de uma vida medíocre.” (PATRINI, 2005, p. 120).

Esses contos têm uma significação muito importante para o povo e para a sua cultura, uma vez que disseminam muitos ensinamentos desde a antiguidade, que continuarão sendo sempre transmitidos para as futuras gerações do seu clã, da sua comunidade, por intermédio da linguagem, tendo em vista que, o contar só “[...] se realiza *na e através da* linguagem.” (PATRINI, 2005, p. 134, grifo da autora). O conto popular é uma manifestação cultural que contagia, anima e encanta a quem tem o prazer e o deleite de ouvi-los.

Aqui, caracterizamos o *corpus* de análise, evidenciando os aspectos que avaliamos mais relevantes para a constituição desse trabalho. No próximo capítulo, *Proposta de leitura: para a significação do tempo no conto*, tencionamos analisar e significar o tempo linguístico e

o tempo cronológico no conto como proposta de significação para o 9º ano do ensino fundamental II.

## 5 PROPOSTA DE LEITURA: PARA A SIGNIFICAÇÃO DO TEMPO NO CONTO

Este capítulo destina-se à análise do conto “A história de D. Anin”, em forma de proposta de leitura para o nono ano do Ensino Fundamental. Trata-se do capítulo que intenta atingir ao objetivo específico de descrever o tempo linguístico e o tempo cronológico presente no discurso do conto popular, na intenção de compreender a organização da vida humana, elaborado para esta pesquisa. Dialogamos a todo o momento com o professor na tentativa de oferecer-lhe, durante os eventos de leitura, uma estratégia de exploração do tempo linguístico e do tempo cronológico presente nos discursos do conto popular. É importante salientar que aqui seguem sugestões que podem ser aperfeiçoadas.

A nossa proposta de leitura está ancorada na semiótica greimasiana, em que o Percorso Gerativo da Significação é convertido em três níveis de leitura, altamente produtivos, para se chegar a significação de um texto. No entanto, não exploraremos os três níveis, apenas o tempo que é uma categoria do nível discursivo.

Intentamos, acima de tudo, realizar uma leitura significativa do tempo do discurso e promover uma reflexão de como o tempo organiza a nossa vida, enquanto entes sociais, uma vez que na constante busca pela significação da nossa existência, estamos sempre procurando meios de nos organizar e planejar a nossa vida e para isso, desde a sua criação, o tempo tem sido e, talvez, continuará sendo um dos principais recursos para a organização da vida humana em sociedade e de como ele é importante para a língua. Dada, a nossa categoria de análise, o tempo do discurso, a análise segue os critérios elaborados na metodologia de pesquisa.

- Identificação do tempo linguístico e do tempo crônico;
- Descrição e significação do tempo linguístico no conto;
- Descrição e significação do tempo cronológico no conto.

Caro professor,

Oferecemos a você uma proposta de leitura, que pode ser aplicada ao 9º ano do Ensino Fundamental II. A intenção é significar o tempo linguístico e o tempo crônico no conto *A história de D. Anin*. O conto está anexado no final. Assim procedendo, estamos adjuvando nosso aluno a significar sua própria vida.

A leitura é uma atividade produtora de sentidos, na qual o leitor deve acionar conhecimentos vários para a significação de um texto, não podendo se limitar ao que está explícito no evento comunicativo.

A presente proposta de intervenção segue o modelo de sequência didática, organizado por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004 *apud* MARCUSCHI, p. 219), que a conceituam como “[...] um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática [...]”. Estes autores deram uma grande contribuição para a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa.

Dessa forma, a proposta está dividida em três módulos diversificados, que são: Conhecer o discurso do conto *A história de D. Anin* como gênero literário de expressão popular; Caracterizando e descrevendo o tempo linguístico; Caracterizando e descrevendo o tempo cronológico, respectivamente. Estipulamos a duração da sequência didática para quatro aulas, porém, haja vista, os contratempos que possam vir a existir, a recepção, a compreensão da proposta por parte dos alunos, a criatividade e a sua intimidade com o conteúdo proposto, caberá a você realizar uma adaptação da duração da sequência didática, com base na sua realidade escolar.

A sequência didática está sistematizada da seguinte maneira:

- **Tema:** O título que cada módulo receberá;
- **Público-alvo/série:** A quem se destina a sequência didática, a série em que ela pode ser executada;
- **Objetivo geral:** O que se pretende alcançar com a efetivação da proposta;
- **Objetivos específicos:** o percurso que deve ser trilhado para se chegar ao objetivo geral;
- **Conteúdos:** Os assuntos que serão trabalhados durante as aulas;
- **Tempo estimado:** A duração da proposta;
- **Material necessário:** recursos, materiais utilizados;
- **Desenvolvimento (módulos):** Onde será descrito minuciosamente o processo de ministração das aulas;

## SEQUÊNCIA DIDÁTICA

**TEMA:** Significando o tempo do discurso no conto popular

**PÚBLICO-ALVO:** 9º ano do ensino fundamental.

### OBJETIVO GERAL:

- Significar, por meio de uma leitura detalhada, o tempo do discurso no conto *A história de D. Anin*.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer o discurso selecionado como gênero literário de expressão popular;
- Identificar as características do conto popular;
- Ler compreensivamente o conto *A história de D. Anin*;
- Diferenciar no conto os discursos diretos e indiretos;
- Caracterizar e descrever o tempo linguístico no conto;
- Caracterizar e descrever o tempo crônico no conto.

### CONTEÚDOS:

- O conto popular como gênero literário de expressão popular;
- O tempo do discurso no conto *A história de D. Anin*.
  - O tempo linguístico;
  - O tempo cronológico.

### TEMPO ESTIMADO:

- Quatro aulas.

### MATERIAL UTILIZADO:

- Cópias impressas do conto *A história de D. Anin*;
- Quadro branco;
- Pincel.

## MÓDULOS

**1º MÓDULO:** Conhecer o discurso do conto *A história de D. Anin* como gênero literário de expressão popular;

Esse primeiro módulo é destinado para o aluno conhecer o conto popular.

**1º momento:** Caro professor, você deve começar fazendo uma sondagem dos conhecimentos prévios dos estudantes acerca do gênero conto popular, tomando como ponto de partida os seguintes questionamentos:

- Quem conhece alguém que gosta de contar histórias criativas?
- Que histórias já ouviu dessa pessoa?
- Os avôs ou algum dos seus familiares já lhe contaram alguma história que vocês lembram?
- Na sua região, por qual nome são conhecidas essas histórias?

A partir desses questionamentos e do nível de envolvimento dos alunos, o professor pode pedir que algum aluno, que conheça uma ou mais histórias, conte-as para o restante da turma ou o próprio professor pode realizar essa tarefa.

Professor,

Chegou a hora de explicar aos alunos que as historinhas contadas pelos seus avós, pais, tios, tias e outras pessoas são contos populares e pertencem à cultura do povo, uma vez que cada pessoa conta de uma forma diferente, passando de geração a geração.

**2º momento:** Aqui, professor, você distribuir o conto *A história de D. Anin* e organizar a turma em um círculo, para formar uma roda de leitura. Peça para que os alunos falem da construção do texto: linguagem, estrutura, extensão. Promova um diálogo com seus alunos sobre a caracterização do conto. Você pode priorizar as seguintes: a caracterização estrutural do conto e ao que se refere aos personagens, ao tempo e ao espaço.

Espera-se que os alunos percebam que se trata de uma narrativa popular e que esta se constitui como uma forma de os seres humanos se expressarem e repassarem para as novas gerações as suas crenças, tabus que fazem parte de cada povo e que são, em sua grande parte, transmitidos na oralidade.

Os contos são, quase sempre, narrativas curtas, de fácil memorização, com poucos atores, como é o caso do conto em análise, que só apresenta seis atores: Ana (Dão Anin), a mãe de Ana, o pai de Ana, João, o poldo e a mãe de João.

Em que há, também, a predominância de uma linguagem popular, simples, sem muito rebuscamento, com traços da oralidade, regionalismos e dialetos característicos da região e do povo, como há no conto *A história de D. Anin*, exemplos da linguagem regional, como: “perna pro meio do mundo”, “tomar uma fuga”, “poldo”, “acolá”, entre outras.

**3º momento:** Após a apresentação e leitura superficial do conto *A história de D. Anin*, você pode pedir para que os alunos, a partir da leitura e atentando para a semântica das palavras do título, tentem adivinhar do que trata a história. Feito isso, deve-se solicitar que os alunos façam uma leitura silenciosa e depois que façam uma leitura em voz alta. Posteriormente, o professor fará perguntas, como:

- Vocês gostaram do conto?
- Do que trata a história?
- É possível identificar na narrativa algo que esteja presente na sua cultura?
- Por que o tempo e o espaço são indeterminados?

Espera-se que os alunos respondam que a história trata de uma jovem moça que pediu a permissão do pai para ir lutar na guerra, como um cangaceiro e que conseguiu a sua permissão e foi, mas antes precisou se trajar de homem, para que não percebessem a sua verdadeira identidade. Tendo passado muito tempo guerreando a moça resolve voltar a sua casa, mas antes encontra-se com João que a leva a sua casa, na qual a mãe de João tenta de várias formas descobrir a verdadeira identidade da moça, mas não consegue, devido a ajuda que Ana recebe de um poldo, após isso, ela, finalmente, retorna ao seio de sua família, revelando a verdade sobre sua identidade a todos.

Espera-se que os alunos identifiquem no conto algo presente na cultura deles, como: os cangaceiros, cartucheiras, o poldo, a fala característica da região, a crença, a devoção a Deus, chapéu de couro.

O tempo e o espaço do conto são culturais e indeterminados, pois em nenhum momento temos um tempo exato de ocorrência da história e nem sabemos o lugar em que ocorreu, sabe-se superficialmente que foi na Paraíba.

**4º momento:** professor, promova um debate sobre a leitura e a interpretação do conto. Nesse momento, você pode pedir aos alunos que identifiquem os participantes da história e como se organiza a sequência dos fatos.

Espera-se que os alunos identifiquem os atores que fazem parte da história: Ana (Dão Anin), a mãe de Ana, o pai de Ana, João, o poldo e a mãe de João.

Obs: É importante que ao término da leitura os alunos compreendam que Ana e Dão Anin são o mesmo ator.

A história centraliza-se na vontade de uma jovem moça de lutar na guerra. A história está segmentada da seguinte forma: Pedido de Ana ao seu pai para ir à guerra, ida de Ana à guerra, encontro com João, ida de Ana casa de João e retorno ao lar.

**5º momento:** Tendo cumprido as etapas anteriores, o professor pode solicitar que os discentes identifiquem no texto as falas dos personagens e do narrador, ou seja, os discursos

diretos e os discursos indiretos. Essa atividade servirá para que os alunos percebam as marcas da enunciação e do enunciado dentro da narrativa. Depois de identificarem, o professor explica que o discurso direto é uma tentativa de mostrar como aconteceu o fato, configurando uma enunciação, e o indireto, o enunciador fala pelos atores, configurando o discurso indireto.

Espera-se que os alunos compreendam que o conto é formado por distanciamentos e aproximações da enunciação. Ora, temos aproximações da enunciação, por meio do discurso direto, em que os atores da enunciação ganham voz e somos levados a crer que a conversa está acontecendo no agora, ou seja, no presente. Ora, temos distanciamentos da enunciação, em que o enunciado se mostra evidente, sem marcas da enunciação, sendo demonstrado pelo discurso indireto, ou seja, quando o enunciador fala pelos atores e temos também o uso do pretérito perfeito e imperfeito. Dessa forma, o conto é construído por enunciações e enunciados.

## 2º MÓDULO: Caracterizando e descrevendo o tempo linguístico

Professor, nesse segundo módulo, o intuito é caracterizar e descrever o tempo linguístico presente no conto *A história de D. Anin*. O tempo linguístico está ligado diretamente à enunciação, sendo manifestado cada vez que um enunciador fala, e demarcado no discurso por advérbios como o *agora*. O tempo do enunciado é caracterizado pelo passado, é um tempo diferente do *agora*, e pode ser percebido pelos verbos.

**1º momento:** Esse momento é de apresentação do conteúdo. Inicialmente, professor, promova um debate com os alunos. Como no módulo anterior foi solicitado que os alunos identificassem no texto os discursos diretos e indiretos, o professor retornará a discussão, fazendo questionamentos, como:

- Como se caracteriza o discurso direto?
- Como se caracteriza o discurso indireto?
- Foi fácil identificar nos textos as vozes dos atores e do enunciador?

- Além do travessão, quais outros recursos foram determinantes para a identificação da fala dos atores?
- Quando aconteceu essa história? O que pode denunciar essa resposta?

A partir desses questionamentos iniciais, professor você vai começar a familiarizar o conteúdo a ser trabalhado com os discentes.

Espera-se que os alunos percebam que o discurso direto é caracterizado no conto pela fala dos atores, que simulam uma enunciação, enquanto o discurso indireto é caracterizado pela voz do enunciador, que fala pelos atores. Além do travessão, as expressões como “aí ele disse”, “aí João disse”, entre outras, nos ajudam a identificar a fala dos atores enunciativos.

Espera-se que os alunos compreendam que não se sabe quando a história aconteceu, sabendo apenas que foi em um tempo anterior e longe, cronologicamente do que vivemos hoje, o que pode ser denunciado na fala do enunciador: “Não sei se era 14 ou quando era”.

**2º momento:** Nesse momento, caro professor, você deve fazer uma reflexão sobre o tempo e a sua importância para a língua, explicando também como o tempo linguístico se manifesta nos discursos. Atente para o tempo que caracteriza a enunciação como uma aproximação. E o tempo que caracteriza o enunciado como um distanciamento da enunciação. Após isso, pode solicitar que a turma se divida em dois grandes grupos para que encontrem no conto o distanciamento (tempo do enunciado) e a aproximação (tempo da enunciação), comprovando-os com passagens do texto.

Espera-se que os alunos percebam que o tempo é uma importante ferramenta na construção dos discursos da narrativa, por meio dele, podemos perceber o encadeamento das ações no conto e associá-lo com a nossa vida. O tempo linguístico refere-se, na enunciação, ao presente enunciativo (agora); no enunciado, ao passado distante do *agora*, ou seja, ao *então*. Para descrevermos e caracterizarmos o tempo linguístico percebemos os distanciamentos e aproximações da enunciação.

O conto em análise é uma narrativa popular. O enunciador se manifesta, no discurso, como um eu para dar credibilidade e um efeito de realidade ao conto. Podemos visualizar isso, no seguinte trecho, em que o enunciador se coloca no discurso.

“[...] e só deu pra **eu** de tão alegre que eu fiquei.” (Linha 221, p. 128)

*A história de D. Anin* relata o desejo de lutar na guerra de uma jovem moça chamada Ana, sendo esse o seu objeto de valor. No contar de um contador, a narrativa se desenrola como memória do enunciador. Na fala do narrador há um distanciamento do *agora*, uma vez que o enunciador conta um fato do passado. Vejamos:

“Eu já **contei** a história de Dão Anin?” (Linha 1, p. 122)

Vale salientar que o ato de contar do enunciador acontece no presente enunciativo, mesmo que ele esteja contando fatos que ocorreram no passado, pois ele situa em sua fala tais acontecimentos, os tornando novos no discurso por ele enunciado.

Ao colocar os atores em cena, o enunciador nos faz entender que os fatos narrados estão distantes do *agora*, do momento da enunciação. O tempo passa a ser o *então* do enunciado, expresso pelos verbos *era* e *tinha* e as expressões “*era em 14*” e “*quando era*”.

“Chamava-se Ana, viu? Isto **era** uma moça muito disposta, e o velho pai dela só **tinha** ela. [...] não sei se **era em 14** ou **quando era** [...]” (Linhas 2-3, p. 122)

O objeto de valor de Ana (guerrear) é tido como destino, ou seja, uma força incontrolável maior que nós, que de uma forma ou de outra vai se cumprir, independente de nossa vontade ou da vontade de outrem. Como podemos perceber no contar do enunciador que constrói mais uma vez um distanciamento temporal, sendo evidenciado pelo uso do verbo *dar* no pretérito imperfeito *dava*. Vejamos:

“[...] e o destino dela **dava** pra pegar no cangaço como um cabra homem, viu?” (Linhas 3-4, p. 122)

O enunciador, ao dar voz a Ana, faz com que o seu texto ganhe um sentido de realidade, em que nós, ouvintes/leitores, achamos que ouvimos/lemos as palavras dela. No trecho a seguir, percebemos que ocorre uma tentativa de retorno à enunciação, em que se opera uma aproximação temporal dentro do conto.

“Aí ela disse um dia:

– Meu pai, se o senhor **deixasse, comprasse** pra mim um rifle, um fuzil, uma cartucheira, e **botasse** eu pra brigar numas guerras, eu **queria.**” (Linhas 5-7, p. 122)

Logo, Ana motivada pelo seu desejo, procura convencer o seu pai a deixá-la ir. Na fala do pai, podemos perceber uma resistência em não permitir que a filha vá à guerra. O enunciador dá voz ao pai de Ana. Vejamos:

Fala do pai de Ana:

“– Minha filha, não **dá** não. [...]” (Linha 8, p. 122)

Fala de Ana:

“–Não, meu pai, mas se o senhor deixasse eu ia. (Linha 10, p.122)

Fala do pai de Ana:

“– Não, minha filha, **vai** não! **Vai** não?” (Linha 11, p. 122)

Percebamos a instauração da enunciação, o tempo linguístico relacionado ao agora, nos verbos *dá* e *vai*.

Depois da negação dada pelo pai à filha, o enunciador retoma a palavra, com um distanciamento temporal, trazendo para o enunciado o tempo passado, distante do tempo presente da enunciação.

“Ela **pegou** a entristecer, imaginando com vontade de fugir, mas **tinha** amor pelos velhos...” (linhas 12-13, p. 122)

As marcas temporais que expressam a instauração do tempo do enunciado no discurso são *pegou* e *tinha*, indicadoras do passado perfeito e imperfeito, respectivamente.

Após isso, o enunciador dá, novamente, voz ao pai de Ana que agora entra em um diálogo com a mãe de Ana, sobre a vontade da filha de ir lutar nas guerras feito um “cabra macho”. Mais uma vez, temos o tempo da enunciação presente no discurso, construindo uma aproximação com o tempo da enunciação.

Fala do pai de Ana:

“– Minha velha, o que é que se **faz** com essa filha?” (Linhas 14, p. 122)

Fala da mãe de Ana:

“– **É cumprir** o destino dela!” (Linhas 15, p. 122)

Fala do pai de Ana:

“– Não **é** possível.” (Linhas 17, p. 122)

Ao contrário do pai de Ana que se mostra contra a vontade da filha, a sua mãe acredita que seja esse o seu destino e que ele deve ser cumprido. Assim, o primeiro obstáculo a ser enfrentado por Ana, na busca do seu objeto de valor é conseguir a permissão do pai. Por meio de um discurso direto, percebemos a presença do *agora* na fala dos atores da enunciação, através dos verbos *faz*, *é* e da locução verbal *é cumprir*.

O enunciador retorna a um distanciamento temporal da enunciação para narrar os fatos:

“Ainda um dia ela **voltou** a pedir.” (Linhas 18, p. 122)

Assim, o tempo do enunciado, no discurso, é percebido pelo verbo *voltou* no pretérito perfeito.

Ana convence o pai a deixá-la ir e eles compram seus ornamentos para que ela pareça de fato um rapaz. Dessa forma, vencendo o seu obstáculo, Ana vai em busca do seu objeto de valor. O enunciador opera um distanciamento temporal para narrar a ida de Ana à guerra:

“É certo, meu irmão, que ela se **despediu** dos pais e **viajou**. **Quando chegou** na guerra **via era** fumaça nesse meio de mundo [...]” (Linha 37-38, p. 123)  
 “E **lutou** muito tempo nessas guerras.” (Linha 41, p. 123)

O tempo passa a ser o do *então*, sendo evidenciado nos trechos acima pelos verbos *despediu*, *lutou* no pretérito perfeito e *via* e *era* no pretérito imperfeito.

Para descrever que Ana cumpra o seu destino e que resolveu retornar ao seio familiar, o narrador instala novamente um distanciamento temporal, ausentando do enunciado o tempo da enunciação. Vejamos:

“Quando ela **tava** enjoada, **matou** o destino de brigar, e tudo aí [...]” (linha 44, p. 123)

Ana sentindo-se pronta a retornar ao seu lar encontra um rapaz meio arredio chamado João. E entre eles há uma conversa, em que ocorre uma enunciação, em que o diálogo acontece num *agora* retomando fatos passados de sua aventura. O diálogo é a aproximação da enunciação do contar. Os verbos *escapou* e *escapei* indicam um distanciamento do fato do momento do contar, pois indica um passado perfeito. Já o verbo *tô* é indicador da aproximação do diálogo da enunciação, momento da conversa entre Ana e João.

Fala de João:  
 “– Boa tarde. Como que você **escapou**?” (Linha 47, p. 123)  
 Fala de Ana:  
 “– Boa tarde, eu **escapei** bem.” (Linha 48, p. 123)  
 Fala de João:  
 “– Pois eu **tô** atrás de escapar.” (Linha 48, p. 123)

Eles se apresentam, mas a jovem não revela a João a sua verdadeira identidade, o diz que se chama Dão Anin. João, achando que Ana é um homem o convida para ir a sua casa. Isso ocorre por meio do discurso direto e, por intermédio do agora da enunciação, é posto no enunciado. Vejamos:

“– Eu **moro** bem pertim daqui. E eu **não tenho** nem pai nem irmão, **só tenho** mãe, uma velha. **Vamo** lá para casa?” (Linhas 63, p. 124)

Assim, pelos verbos *moro*, *tenho*, *vamo*, no presente do indicativo, contatamos uma tentativa de retorno à enunciação.

Novamente, na fala do enunciador, ocorre um distanciamento com a presença dos verbos no passado.

“Aí Dão Anin **seguuiu** viagem mais João pra casa dele. Quando **chegou** lá a velha **abraçou** o filho João, que **pensava** que ele **tinha morrido** na guerra.” (Linhas 66–67, p. 124)

Com a chegada de João, a mãe dele fica muito contente e agradecida a Deus pela volta do filho, pois acreditara que ele já não estivesse vivo. Delega-se voz a João e a mãe, em que ocorre um efeito de enunciação com os verbos no presente do indicativo. Esses verbos são passíveis de percepção em:

Fala da mãe de João:

“– Ô meu filho, como é que foi que você conseguiu escapar, Graças à Deus, ao meu bom Deus, meu Coração de Jesus.” (Linha 68-69, p. 124)

“– Ô meu filho, e esse companheiro, te acompanhou? De onde ele é?” (Linha 71, p. 124)

Fala de João:

“– Mãe, esse rapaz é de longe [...] **mora** muito longe daqui e eu como **moro** mais perto chamei ele pra **ficar** aqui, pra gente **tomar** uma fuga, enquanto ele vai embora.” (Linhas 72-74, p. 124)

Fala da mãe de João:

“– Meu filho, **vem** cá, me **diga** uma coisa. **Parece** que é moça!” (Linha 76, p. 124)

A mãe de João se mostra, de imediato, desconfiada da verdadeira identidade do rapaz que acompanhara o filho e se mostra obstinada a desmascará-lo. Para isso, vai criando algumas armadilhas para fazer com que a verdade seja evidenciada. Porém, Ana acaba sendo ajudada por um poldo que, no conto, é tido como um ente sobrenatural, que aparece de forma misteriosa para Dão Anin e se torna seu fiel escudeiro, fazendo com que ela fique alerta a cada tentativa da velha em descobrir o segredo. Nesse momento, o enunciador constrói distanciamentos temporais quando conta.

“Dão Anin **comprou** um poldo, pra anjo-da-guarda dele, **Comprou** não, **apareceu** um poldinho.” (Linha 80-81, p. 124)

Mesmo a velha, fazendo muitas armadilhas para descobrir a verdade sobre Ana, não consegue desmascará-la. A descoberta vem apenas no final, quando Ana por própria vontade resolve revelar a todos que é moça, em um bilhete deixado para João e vai embora. Isso é contado pelo narrador por meio de verbos no passado perfeito e imperfeito, o que provoca um distanciamento da enunciação.

“[...] **Achou** o de Dão Anin, aquele que Dão Anin **deixou**: quem **era**, quem não **era**. Pai, mãe e de onde **era**.” (Linhas 42-43, p. 127)  
 “Aí Dão Anin **viajou**, **quando chegou** em casa, **foi** uma festa tão grande!” (Linha 2 19, p. 128)

O distanciamento temporal coloca os acontecimentos no passado, configurando o enunciado, ou seja, o tempo passa a ser o do *então*. E a aproximação é, de fato, uma tentativa de recuperação da enunciação no enunciado, ou seja, a presença do *agora*.

### 3º MÓDULO: Caracterizando e descrevendo o tempo cronológico

Professor, é de crucial relevância que você esteja a todo momento com os seus alunos, mediando os conhecimentos a serem construídos e esclarecendo as dúvidas dos discentes.

Nesse terceiro módulo, o intuito é caracterizar e descrever o tempo crônico presente no conto. O tempo crônico reflete a organização dos homens e como eles fazem para mensurar o intervalo de suas vidas. É o tempo dos acontecimentos. Na narrativa, o tempo crônico é importante para percebermos a progressão dos fatos no tempo e nos situarmos dentro da história. É percebido pelo relato da duração dos acontecimentos, da experiência dos atores da enunciação, sendo identificado pela passagem das horas, dias, meses e anos.

O tempo crônico é caracterizado como o tempo de nossos dias e das nossas experiências terrenas, é mais conhecido pelos alunos, uma vez que a vida deles, assim como a de todos, é baseada na ocorrência deste tempo, que é a base da vida das sociedades.

**1º momento:** Professor, para trabalhar a ideia de tempo cronológico, você pode pedir para que seus alunos façam um relato do seu dia a dia desde a hora que acordam até a hora que vão dormir, isso com o intuito de fazê-los perceber como eles se utilizam de marcas linguísticas denominadoras do tempo cronológico. Você pode perguntar:

- Como se organiza o seu dia a dia?
- Vocês marcam hora para brincar, ir à casa de um amigo, usar o computador?
- Vocês delimitam horas para fazer suas atividades de lazer?
- E em qual tempo vocês têm férias?

Caro professor, é muito importante que nesse momento você proponha uma dinâmica para trabalhar a organização do tempo crônico e tornar a aula mais atrativa ao olhar do aluno. Vale salientar que, nesse momento, os alunos já devem estar familiarizados com o tempo cronológico.

**2º momento:** Nesta fase, professor, você deverá coadjuvar os alunos na caracterização do tempo crônico no conto. Você pode perguntar como a vida dos atores do conto estão organizadas de acordo com o tempo cronológico.

Por meio dos questionamentos, espera-se que os alunos percebam que, em *A história de Don Anin*, o tempo crônico, ou seja, dos acontecimentos, focaliza-se na decisão de Ana de ir guerrear e nos acontecimentos que são desencadeados após a saída de Ana de sua casa e posteriormente o seu regresso. O tempo crônico é linear, ou seja, segue uma sequência lógica temporal dos acontecimentos, Ana vai para a guerra, encontra-se com João e retorna ao seio familiar.

A primeira marca do tempo cronológico ocorre quando o enunciador tenta datar o ano em que ocorreram os acontecimentos da história:

“E tinha umas guerras preparadas aí, não sei **se era em 14** ou quando era [...]” (Linha 03, p. 122)

A segunda marca do tempo cronológico ocorre em:

“Aí ela disse **um dia**.” (Linha 05, p. 122)

A terceira marca do tempo cronológico ocorre em:

“Ainda **um dia** ela tornou a pedir.” (Linha 18, p. 122)

A quarta marca do tempo cronológico ocorre em:

“– **Boa tarde**. Como que você escapou?” (Linha 47, p. 123)  
 “– **Boa tarde**, eu escapei bem.” (Linha 48, p. 123)”

A quinta marca do tempo cronológico ocorre em:

“Toda **bem cedo, meio-dia, toda tardinha**, tinha que ir mudar o poldo.” (Linha 80, p. 124)

No fragmento acima, percebe-se que as atividades realizadas por D. Anin com referência aos cuidados do seu poldo, seguiam uma lógica temporal e eram demarcadas por meio do tempo cronológico.

A sexta marca do tempo cronológico ocorre em:

“**Quando foi outro dia**, a velha caçou todos os meios pra descobrir. **Era tempo de seca, um tempo de calor**” (Linha 128-129, p. 125).

Na passagem, acima, podemos perceber, pela voz do enunciador que o tempo cronológico em que Ana passou na casa de João, foi uma época de seca, representando o período de estiagem no sertão.

A sétima marca do tempo cronológico ocorre em:

“[...] e quando **o dia amanhecer** [...]” (Linha 134, p. 125)

A oitava marca do tempo cronológico ocorre em:

“Quando **amanheceu** que João se sentou na rede [...]” (Linha 150, p. 126)

A nona marca do tempo cronológico ocorre em:

“Dão Anin, **hoje** você vai tomar banho nesse poço tendo um bocado de gente [...]” (Linha 164, p. 126)

A décima marca do tempo cronológico ocorre em:

“Você chame Dão Anin para passar **três dias com três noites**, escrevendo debaixo daquele arvoredor.” (Linhas 196-197, p. 127)

A décima primeira marca do tempo cronológico ocorre em:

“Como já **era de noite**, arrumaram tinta, papel, lápis, e foram.” (Linha 205, p. 127)

“Na primeira **noite**, João cochilou, e Dão Anin de dedo grudado. **No segundo dia** [...] **quando foi nos dois dias** João já tava bêbado de sono [...] foi pra inteirar **as três noites com os três dias** [...]” (Linhas 205-208, p. 127)

A última marca do tempo cronológico, explícita, ocorre em:

“Ora, **antes do dia amanhecer**, Dão Anin escreveu uma carta bem seca, bem notada, dizendo quem era, quem não era, de onde era e de onde não era.” (Linhas 212-213, p. 127)

A duração de Ana na guerra não é exposta com um limite exato de dias, meses, anos, esses ficam em oculto, sabe-se apenas que foi um tempo longo. Vejamos no fragmento abaixo.

“E lutou **muito tempo** nessas guerras.” (Linha 41, p. 123)

O tempo cronológico encontrado no conto sugere passagens dos dias, das noites. Não há uma definição específica do tempo. O tempo é cultural. Ademais, o tempo cronológico encontrado reflete o fazer diário da vida humana, uma vez que, as pessoas enquanto seres sociais apoiam-se na recorrência do tempo cronológico para executarem suas tarefas.

## Carta ao professor

*Caríssimos professores e professoras,*

*É um enorme prazer dividir com vocês esse material de estudo. Os caminhos, acima propostos são para norteá-los no seu trabalho com o tempo do discurso em suas aulas de leitura. Reforçamos que a sequência pode ser adaptada de acordo com série a ser trabalhada.*

*A proposta foi feita para o 9º ano do Ensino Fundamental, mas vocês, professores, podem readaptá-la para o uso em outras séries. A leitura nos faz ver a vida com novos olhares, desperta em nós novas visões do mundo e nos capacita a ter um entendimento crítico.*

*As palavras e os termos utilizados nessa proposta são de alguém que leu, compreendeu e escreveu sobre a teoria, haja vista isso, cabe a vocês fazerem uma atualização no seu discurso, adaptando-o à sua realidade escolar, de modo a facilitar a compreensão dos seus alunos.*

*Espero que as dicas e as sugestões lhes sejam úteis!*

*Bom trabalho!*

*Fátima*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primórdios das civilizações, os homens buscam meios de objetivar o tempo de seus dias, do curto espaço que temos nesta terra, seja pela posição da lua ou do sol ou tantos outros meios de medirmos a sua passagem. Assim como o tempo organiza a vida humana, ele também é manifestado no discurso. Partindo disso, verificamos que se tornaria pertinente estudar o tempo no discurso, ou seja, o linguístico e o cronológico no conto popular, direcionando esse estudo para a produção de uma proposta de leitura, aplicável ao nono ano do ensino fundamental II e adaptável às demais séries, por explorar não só recursos linguísticos em aprendizagem nesse nível, mas também porque reflete no fazer diário do povo.

Para isso, ancoramo-nos na teoria semiótica para a análise do discurso, o Percorso Gerativo da Significação, em uma transposição didática, os três níveis de leitura. No entanto, não exploramos os três níveis, apenas o tempo que é uma categoria do nível discursivo, que foi o nosso foco de análise e verificamos que é sim possível trabalhar e desenvolver uma abordagem do tempo do discurso, por meio da teoria da semiótica, para o trabalho com as turmas do ensino fundamental, em específico, com o nono ano do ensino fundamental II.

Da análise empreendida, em forma de proposta de intervenção didática para eventos de leitura, do conto *A história de D. Anin*, constatou-se que o tempo linguístico está dividido em tempo da enunciação, o *agora* de quem fala, e em tempo do enunciado, relacionado a um *não agora*, ou seja, a um então, em virtude da presença dos discursos diretos e indiretos. Assim, o tempo linguístico manifesta-se no discurso do conto ora por distanciamentos, expressados pelo afastamento da enunciação, em sua maioria demonstrados pelos usos dos verbos no pretérito perfeito e imperfeito, ora por aproximações da enunciação, em que um *agora* é posto no discurso.

O tempo crônico é caracterizado como o tempo de dias e das nossas experiências terrenas, organizando e situando o homem em suas atividades e no seu momento da história. Em *A história de D. Anin*, constatou-se que o tempo cronológico centraliza na decisão de Ana de ir guerrear e nos acontecimentos que são desencadeados após a saída de Ana de sua casa e posteriormente o seu regresso. O tempo cronológico sugere passagens dos dias e das noites.

Desta forma, podemos afirmar que a realização da pesquisa resolveu o questionamento, inicialmente, proposto, que foi: como se apresenta o tempo do discurso no conto popular?, assim como alcançou o objetivo geral de analisar o tempo do discurso no conto popular, a fim de propor uma intervenção didática numa turma de 9º Ano do Ensino

Fundamental II. Consequentemente, os objetivos específicos também foram alcançados. Logo, verificamos que é possível a realização da proposta de leitura com vistas à significação do tempo do discurso para a aplicação no nono ano do ensino fundamental II, como também em outras séries.

Indubitavelmente, ampliamos a compreensão sobre a ideia de leitura, partindo da significação do tempo do discurso e a aplicabilidade desse olhar no ensino fundamental e mesmo na educação básica como um todo. Dessa forma, por meio de uma necessária transposição didática, pode-se trabalhar de forma produtiva a partir de teorias acadêmicas como é a semiótica greimasiana. Pode parecer um trabalho difícil, que foge ao convencional, mas é um trabalho que certamente virá a sortir bons resultados.

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi suficiente para chegarmos aos resultados aqui expostos, uma vez que nos possibilitou um percurso, uma sistematização de passos como a delimitação do tema do nosso estudo, seleção da teoria, e elaboração da proposta de leitura. Assim, podemos afirmar que os procedimentos utilizados foram suficientes e adequados para a realização da pesquisa.

A bibliografia, ou seja, as referências que foram utilizadas para a fundamentação e desenvolvimento dessa pesquisa corresponderam às expectativas, haja vista que foram satisfatórias e apropriadas para o entendimento do tema, propiciando um conhecimento significativo da teoria semiótica e dos estudos linguísticos e filosóficos sobre o tempo, como também forneceu o embasamento necessário para a construção da proposta de leitura aplicável as turmas do nono ano do ensino fundamental II e adaptável às demais séries.

Após os estudos, a redação e a análise realizados, constatamos que é possível levar a teoria semiótica para a sala de aula, frisando mais uma vez que, para isso acontecer de maneira eficaz, deve-se fazer uma indispensável transposição didática. Sob o olhar de quem estudou a teoria, podemos afirmar que o trabalho realizado com a semiótica, seja com os três níveis de leitura, seja com a categoria tempo, do nível discursivo, é um trabalho produtivo. Vale salientar, que aqui utilizamos o conto popular, mas qualquer outro gênero poderia ter sido utilizado, não só textos verbais, mas também os não verbais e os sincréticos. Cabe ao professor, usar sua criatividade e sondar seus alunos, para assim descobrir a melhor maneira de se trabalhar com a teoria semiótica em sala de aula. O material que trazemos nesse ensaio, são apenas sugestões que podem e devem ser readaptadas pelo docente a sua realidade e ao nível de compreensão dos seus discentes.

Esperamos com este trabalho, subsidiar o trabalho do professor e encorajá-lo para a produção de outros trabalhos em sala de aula com o tempo do discurso e a utilização da teoria

semiótica, uma vez que o que trazemos é apenas um dos inúmeros percursos que podem ser trilhados para o trabalho com a teoria semiótica, não só no nono ano, mas em todo o ensino fundamental II.

Por fim, destacamos, contudo, que apesar de a pesquisa dar conta dos seus objetivos, a discussão está aberta a novas posições, uma vez que, como todo trabalho acadêmico, novas pesquisas e estudos podem ser desenvolvidos como complementos. Isto acontece porque o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas, assim como os contos populares, está em constante desenvolvimento.

**REFERÊNCIAS:**

AGOSTINHO, S. Livro XI- O homem e o tempo. In: \_\_\_\_\_. **Confissões**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. p. 283-313.

BENVENISTE, É. A linguagem e a experiência humana. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 68-80.

\_\_\_\_\_. O aparelho formal da enunciação. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 81-90.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2017.

CASCUDO, L. C. **Contos Tradicionais do Brasil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Tradução de J. Teixeira Neto. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LIMA, F. A. de S. **Conto popular e comunidade narrativa**. São Paulo: Terceira Margem, 1985.

LIMA, M. N. de. **O conto na literatura popular: percurso gerativo da Significação**. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images\\_Nazareth.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images_Nazareth.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2017.

LIMA ARRAIS, M. N. de. **O fazer semiótico do conto popular Nordestino: intersubjetividade e inconsciente coletivo**. 2011. 417 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/6175/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

MARCHUSCHI, A. L. Os gêneros textuais no ensino de língua. In: \_\_\_\_\_. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NASCIMENTO, B. do. **Catálogo do conto popular brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

NOTH, W. **A semiótica no século XX**. 1. ed. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

OLIVEIRA, L. A. O ensino pragmático da leitura. In: \_\_\_\_\_. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p.59-108.

PATRINI, M. de L. **A renovação do conto: emergência de uma prática oral**. São Paulo: Cortez, 2005.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE, 2013.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 34. ed. São Paulo: Coutrix, 2012.

# ANEXOS

*Lido  
(O tempo)  
engraçado*

## HISTÓRIA DE D. ANIN (16)

*o pai queria  
tudo pra  
guerras.*

Eu já contei a história de Dão Anin?

Chamava-se Ana, viu? Isto era uma moça muito disposta, e o velho pai dela só tinha ela. E tinha umas guerras preparada aí, não sei se era em 14 ou quando era, e o destino dela dava pra pegar no cangaço como um cabra homem, viu?

Aí ela disse um dia:

-Meu pai, se o senhor deixasse, comprasse pra mim um rifle, um fuzil, uma cartucheira, e botasse eu pra brigar numas guerras, eu queria.

-Minha filha, não dá não. Se você fosse um rapaz eu deixava você ir, mas você é uma moça, não pode não. Lá não tem mulher brigando, só tem homem.

-Não, meu pai, mas se o senhor deixasse eu ia.

-Não, minha filha, vai não! Vai não!

Ela pegou a entristecer, imaginando, com vontade de fugir, mas tinha amor pelos velhos...

- Minha velha, o que é que se faz com essa filha?

- É cumprir o destino dela!

O velho disse:

-Não é possível.

Ainda um dia ela tornou a pedir.

-Mas minha filha, como é que você quer ser um cangaceiro pra brigar, como é?

–Eu vou dizer a meu pai como é que é. Vamo numa loja comprar um terno de mescla boa e calça do jeito de cangaceiro e uma cartucheira, e um fuzil e um chapéu de couro bem bom, aí fico parecendo com homem.

–Ô minha filha, mas ainda tem um porém, um porém.

–Qual?

–Ô minha filha, você deve saber sem eu explicar.

–Não, o senhor explique.

–O seio!

–Ora, isso eu boto um negócio aí, ataca tudo, não tem quem note.

Aí o velho disse:

–Tá danado!

Ela deu todo jeitim do velho deixar.

–Pois é, minha filha, você quer cumprir seu destino... vai.

Aí foram pra loja comprar mescla da melhor que tinha, mandou fazer o vestuário bem feito... (Eu morava na Paraíba e vi como é que era... roupa bem feita). O certo é que ela empanou-se com o vestuário, chapéu de couro, cartucheira, o cantil de lado. “Perna pro meio do mundo.”

É certo, meu irmão, que ela se despediu dos pais e viajou. Quando chegou na guerra via era fumaça nesse meio de mundo, só era passando por riba de gente morta, ela muito disposta e danou bala pra cima também, se abaixava, corria pra'qui, pra'colá, o cabra atirava nela, ela atirava também.

E lutou muito tempo nessas guerras.

Agora comiam assim: quando chegasse numa casa que o pessoal corria o que tinha eles comiam e assim foi vivendo um bocado de tempo.

Quando ela tava enjoada, matou o destino de brigar, e tudo aí, ela tava assim num canto, lá vem um rapaz.

Um rapaz desconfiado. Aí quando ele:

–Boa tarde. Como que você escapou? (Era o rapaz com ela, viu?)

–Boa tarde, eu escapei bem.

–Pois eu tô atrás de escapar. Eu vinha acolá na carreira.

–E eu também.

Aí o rapaz perguntou:

–Como é que você se chama?

–Me chamo Dão Anin.

(Ela chamava-se Ana, mas botou o nome pra Dão Anin).

–E o senhor?

–Me chamo João.

Aí se abraçaram, e lá vai, essas coisas, viu? E certo que o João lhe perguntou:

–E o senhor, mora longe daqui?

Aí Dão Anin disse:

–Eu moro longe.

Aí deu assunto do lugar que morava. Dão Anin disse:

–E o senhor, aonde mora?

–Eu moro bem pertim daqui. E eu não tenho pai nem irmão, só tenho mãe, uma velha. Vamo lá pra casa?

–Vamo.

Aí Dão Anin seguiu mais João pra casa dele. Quando chegou lá a velha abraçou o filho João, que pensava que ele tinha morrido na guerra.

–Ô meu filho, como é que foi que você escapou, Graças à Deus, ao meu bom Deus, meu Coração de Jesus.

E abraçando o filho:

–Ô meu filho, e esse companheiro, te acompanhou? De onde é ele?

–Mãe, esse rapaz é de longe e nós viemos nos conhecer, mora muito longe daqui e eu como moro mais perto chamei ele pra ficar aqui, pra gente tomar uma fuga, enquanto ele vai embora.

Aí a velha:

– Meu filho, vem cá, me diga uma coisa. Parece que é uma moça!

–Minha mãe parece que tá caducando. Que um rapaz que anda com um fardamento daquele, brigando, e mãe tá falando que é uma moça, não, não, mãe.

–Filho!...

Dão Anin comprou um poldo, pra anjo-da-guarda dele. Comprou não, apareceu um poldinho. Toda bem cedo, meio-dia, toda tardinha, tinha que ir mudar o poldo.

Aí o poldinho disse:

–Dão Anin, você tenha cuidado que aquela velha tá descobrindo muita coisa. Ela hoje vai usar uma experiência pra ver se você é moça ou se não é. Você tenha cuidado. Aí pronunciou o que ele fazia.

Aí quando ele chegou em casa ele disse:

–Ô Dão Anin, essa roupa tá um pouco velha, vamo pra loja comprar umas fazenda?

Aí ela disse:

–Vamo.

Aí a velha disse:

–Meu filho, você presta atenção em que roupa ele se agrada. Se ele se agradar só de roupa que for pra mulher, ele é mulher, e se for só roupa pra homem, ele é homem.

O poldo ensinou como era pra fazer e a velha ensinou ao filho.

Aí foi na loja. Dão Anin viu um caque, e:

–Êta, rapaz, essa fazenda aqui dá uma farda pra nós.

Aí João disse:

–Mas esse aqui dá bom pra um vestido!

–Nada, que bom nada! Bom é aquele terno acolá pra nós.

Só se engraçava de vestuário pra homem.

Aí fizeram as comprinhas e foram pra casa. Quando chegaram lá a velha pergunta:

–Meu filho, como se foi?

–Fui bem, minha mãe! Nesse caso quem é mulher sou eu, porque eu só me engraçava de vestuário tudo usado por mulher e ele só coisa pra homem.

–Meu filho, eu não estou acreditando, aí é uma moça!

–É não, minha mãe! Mãe tá caducando. Não é não.

–Certo, meu filho, certo. Meu filho, vamo usar outro serviço. Eu vou assar uma carne de porco bem engordurada pro almoço. Eu boto a carne no espeto e quando tiver correndo aquela gordura eu levo pra mesa e você chame Dão Anin e mande ele partir a carne. Se ele partir e lamber os dedos é mulher, e se não lamber, é homem.

Aí a velha assou a carne, mas só ia botar ali quando ele chegasse.

–Chegue meu filho, venha cá mais o rapaz.

Aí eles sentaram ali, a velha vem com a carne, a carne descendo gordura, viu? Aí botou ali na cuia da farinha, e João disse:

–Parte Dão Anin!

Aí Dão Anin só fez, partiu ali dentro da farinha, com uma vontade de abrir a boca, mais não podia. Aí partiu a carne e comeram. E a velha lá pra dentro escutando:

–Ô mãe, já acabamo. Traz o café.

Tomaram o café, e a velha:

–Meu filho, como é que foi?

–Minha mãe, só quem lambeu os dedos foi eu. Dão Anin não lambeu os dedos de jeito nenhum, será que minha mãe não está enganada? Quem é mulher sou eu!

–A gente não tem nada com o peixe, mas ali se fosse uma moça pra tu casar com ela, êta moça bonita!

(Uma vez eu vi ela. Bonita, bonita mesmo).

Quando foi outro dia, a velha caçou todos os meios pra descobrir. Era tempo de seca, um tempo de calor. Aí a velha disse:

–Ô João, vamo fazer outra arrumação pra vê se a gente descobre.

Tinha uns pés de flor de junto da casa, de muitas cor. Umas amarelas, outras encarnadas, outras branca.

–Tu chama Dão Anin pra ir dormir de noite naquele pé de flor. Arma uma rede, balança e canta umas moda e quando o dia amanhecer, se a rede dele tiver cheia de flor encarnada ele é homem, se for branca é mulher.

Aí Dão Anin foi consultar o poldo. Lá o poldo avisou como é que faz.

–Vamo, Dão Anin, cuidado, cuidado.

Aí João:

–Dão Anin, tá um calor danado, vamo armar as rede debaixo dos pés de árvore ali pra nós dormir?

–Vamo!

Pra onde João chamava Dão Anin ia.

–Vamo!

Armaram as rede, se balançaram, cantaram umas modas. Aí João agarrou no sono. E Dão Anin acordado. Quando o ventim: xiu, xiu... encheu a rede de Dão Anin de flor branca e a de João de encarnada. Aí Dão Anin tirava as flor branca da rede dele e batava na de João. Tirava as flor encarnada da rede de João e botava na dele. E nisso levou a noite todinha.

Quando João se torcia na rede, Dão Anin começava a roncar, room, romm...

Quando amanheceu que João sentou na rede tava cheia de flor branca, pura pura, não tinha flor encarnada.

A mãe de João disse:

–Eu não tenho nada com isso, mas é mulher.

É, não é. Era aquela teima danada.

Aí Dão Anin por ali...

–Rapaz, eu acho que vou embora, mas ainda vou esperar alguma coisa ainda.

Quando foi outro dia, aí a velha disse:

–João, só tem um jeito pra nós descobrir agora. Quando Dão Anin chegar, antes dele ir ao banho, chame ele ao banho. (Aí danou-se!).

Aí João disse:

–Dão Anin, vamo tomar um banho naquele poço?

–Vamo!

Aí Dão Anin amarrou o poldo bem pertinho do poço. Aí o poldo disse:

–Dão Anin, hoje você vai tomar banho nesse poço tendo um bocado de gente e a véia vai acabar descobrindo alguma coisa. Você me amarre aqui de um jeito que quando João chegar que ele for tirando a roupa, você faz que vai tirando também, e quando eu vê que tá no ponto de tirar eu faço aquela zoada aí você faz uma voz que é pro povo não tomar banho.

–É mesmo!

Aí chegou em casa João disse:

–Vamo?

–Vamo!

Aí toda rapaziada ali de junto do poço, eles dois, dois rapaz mais-ou-menos, ficaram ali de cócora junto do poço, e Dão Anin ali bem atacado. E os outros tirando a roupa e jogando pra lá, tchibum, e Dão Anin mais João ali escutando.

Aí João disse:

–Dão Anin, vamo entrar no poço já, já.

Aí Dão Anin foi logo desabotoando a blusa de cima. João quando desabotoou a blusa pra tirar, aí tirou a camisa. E Dão Anin foi começando a desabotoar debaixo, aí o poldo fez uma zoada tão grande que quem tava dentro do poço saiu nu e João acabou de abotoar a camisa e Dão Anin correu do jeito que tava, aí o bichim quase morrendo afogado, e Dão Anin:

–Ô, quase que ia perdendo meu cavalo!

–Mas rapaz, ô João, e do jeito que eu fiquei agora não vou mais tomar banho não, de jeito nenhum!

João disse:

–E eu também não vou não.

Foram embora.

–Como foi, meu filho?

–Fomo bem.

–Tomaram banho?

–Não, senhora.

–Ói, num tá vendo, é moçã!

–Mas mãe, nós não tomemo banho, por isso, isso e isso, aí contou tudo.

Aí a velha disse:

–Ainda tem um negócio que você podia ir. Você chame Dão Anin pra passar três dia com três noite, escrevendo debaixo daquele arvored. Eu levo almoço, levo janta, levo café, levo tudo pra vocês. Se ele cochilar primeiro é mulher, se não cochilar é homem.

Aí João disse:

–Mas mãe, isso não é coisa que se faça.

–Não, agora eu quero saber disso.

Aí João disse:

–Dão Anin, vamo ver quem agüenta mais sono?

–Vamo!

Como já era de noite, arrumaram tinta, papel, lápis, e foram. Na primeira noite, João já cochilou, e Dão Anin de dedo grudado. No outro dia a velha veio, e lá vai, lá vai, quando foi nos dois dias João já tá bêbado de sono e Dão Anin de dedo grudado, quando foi pra inteirar as três noites com os três dia, João tomou um cochilo tão grande que caiu, ficou lá morto. Dão Anin morrendo de sono mas não dormia de jeito nenhum.

Aí Dão Anin:

–João! João! (e nada).

Ora, antes do dia amanhecer, Dão Anin escreveu uma carta bem seca, bem notada, dizendo quem era e quem não era, de onde era e de onde não era. Aí deixou tudo em cima dos papéis.

Aí quando João se levantou, lá vem a mãe dele com o café e disse:

–João, cadê teu companheiro?

–Dão Anin? Nada!

Foram olhar o poldo. Chegaram lá, nem poldo nem Dão Anin nem ninguém.

E ele:

–Ôxente, cadê Dão Anin, o que houve?

Procurou, cadê, cadê, caçou e nada, nada.

De certo que foram juntar os papéis, aí achou o de Dão Anin, aquele que Dão Anin deixou: quem era, quem não era. Pai, mãe e de onde era. Aí que João trouxe os papéis e disse:

–Êta, minha mãe, é uma moça mesmo!

–Eu não te disse, malvado, isso tudo é pra tu ir atrás dela. Eu bem que dizia que aquilo era uma moça, era uma moça!

–Mas minha mãe... Aí João começou a chorar com desgosto. Aí ficou.

Aí Dão Anin viajou, quando chegou em casa, foi uma festa tão grande! ... Tinha músico, tinha sanfona, tinha tudo. Foi uma festa tão boa, que levaram uma garrafa de pinga e só deu pra eu de tão alegre eu fiquei. Entrou por uma perna de pinto e uma de pato, rei meu senhor disse que contasse quatro.

(José Herculano da Rocha)